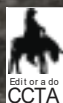


Felipe Marques da Silva
Danilo Fernandes Costa
Pedro José Santos Carneiro Cruz
(Organizadores)

EDUCAÇÃO POPULAR E A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS



**EDUCAÇÃO POPULAR E A
CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS
SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS**

Felipe Marques da Silva
Danilo Fernandes Costa
Pedro José Santos Carneiro Cruz
(Organizadores)

EDUCAÇÃO POPULAR E A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

Editora do CCTA/UFPB
João Pessoa
2023

FICHA CATALOGRÁFICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITOR
VALDINEY VELOSO GOUVEIA
VICE-REITORA
LIANA FILGUEIRA CAVALCANTE



DIRETOR DO CCTA
ULISSES CARVALHO DA SILVA
VICE-DIRETOR
FABIANA CARDOSO SIQUEIRA



CONSELHO EDITORIAL
CARLOS JOSÉ CARTAXO
MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA
JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
MARCÍLIO FAGNER ONOFRE

EDITOR
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL
PAULO VIEIRA

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO
COORDENADOR
PEDRO NUNES FILHO

O Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) está vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O EXTELAR integra também a Linha de Pesquisa de Educação Popular do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e compõe o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), ambos da UFPB.

GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (EXTELAR)

LÍDER

Pedro José Santos Carneiro Cruz

VICE-LÍDERES

Andrea Alice da Cunha Faria

Danilo Fernandes Costa

Fernando A. Abath L. C. Cananéa

José Francisco de Melo Neto

Lucicléa Teixeira Lins

Volmir José Brutscher

PESQUISADORES E PESQUISADORAS

Ailza de Freitas Oliveira

Ane Flávia de Souza Rodrigues

Bruna Grasielle da Silva Nascimento

Bruno Oliveira de Botelho

Celâny Teixeira de Mélo

Edileuza Ricardo da Silva

Klebson Felismino Bernardo

José Augusto de Sousa Rodrigues

Leila Bezerra de Araújo

Lupércia Jeane Soares

Marcilane da Silva Santos Renan Soares de Araújo

Severino Pedro Felipe

ESTUDANTES

Ana Paula Maia Espíndola Rodrigues

Andréia Soares de Araújo

Felipe Marques da Silva

Heloisa Marinho Cunha

Ione Gomes da Silva Iris de Souza Abilio

José Ledy Carvalho Santos

DIAGRAMAÇÃO DO LIVRO E CAPA

Amanda Pontes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
Educação popular e serviço social: um diálogo essencial para uma orientação profissional crítica.....	11
A biodanza no cuidado e na ação social no cpics: um diálogo possível na educação popular em tempos complexos.....	29
Rede nacional de comunidades saudáveis: um movimento em construção com o centro de promoção da saúde.....	60
Agroecologia e resistência: os significados das práticas agroecológicas no assentamento Padre Gino.....	77
Sonhação: uma experiência na investigação temática e educação popular no campo da saúde mental.....	107
Sobre as autoras e os autores.....	134
Sobre os organizadores.....	138
Sobre os(as) pareceristas e comitê científico revisor.....	139

APRESENTAÇÃO

Essa obra é uma iniciativa do Projeto de Extensão “Práticas de Educação Popular Integradas a Pesquisa e a Construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis”, juntamente ao Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR), bem como ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Foi desenvolvida com o objetivo de dar visibilidade tanto a relatos de experiências, como a sistematização de práticas e de ideias acerca da educação popular e sua interface com a construção de territórios saudáveis e sustentáveis em diferentes contextos, sendo aceitos artigos provenientes de diferentes processos empreendidos em contextos diversificados no país, de forma que, nas páginas desse E-book estão contempladas vivências em vários Estados do país; experienciadas por pesquisadores(as), acadêmicos(as), professores(as), gestores(as), trabalhadores(as), militantes e indivíduos envolvidos com ações voltadas para Educação Popular no Brasil..

Nesse sentido, a presente obra constitui coletânea com cinco artigos, os quais trazem em seu âmago discussões pautadas na Educação Popular, na saúde, em experiências rurais, e de

saúde mental, bem como vivências com Práticas Integrativas e Complementares e Direitos Humanos.

Os textos aqui dispostos são muito ricos, e foram cuidadosamente escolhidos a fim de possibilitar reflexões e incrementar as discussões acerca da Educação Popular, e da potencialidade da práxis nos territórios.

Esperamos que aproveitem a leitura!

EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL: UM DIÁLOGO ESSENCIAL PARA UMA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA

Maria Michele Alves Moura¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo geral analisar a relevância da educação popular como uma metodologia que vise potencializar a atuação profissional do(a) Assistente Social em seu espaço de trabalho. Logo, é preciso conhecer a afinidade entre o serviço social e a educação popular, observar as formas de se utilizar metodologias para potencializar a qualidade de sua atuação, principalmente no sentido de aproximação com o sujeito, e pontuar caminhos que direcionem estratégias que favoreçam formas diferenciadas de consonância dialógicas com o sujeito (utilizando a educação popular), para trazer uma melhor intervenção na realidade social cotidiana.

Metodologicamente, em se tratando de uma pesquisa de cunho qualitativo, o artigo consiste em uma revisão bibliográfica estruturada a partir de livros, produções acadêmicas presentes em obras de referência, documentos oficiais, seja na área da educação (educação popular) e do serviço social, cujo foco é vislumbrar maior aproximação e dialogicidade com os sujeitos.

Justifica-se aqui o fato de que a relevância do(a) Assistente Social está em utilizar metodologias da educação popular para potencializar e favorecer a melhor intervenção profissional por facilitar maior aproximação com a realidade

do sujeito. O serviço social, na educação, busca trabalhar, juntamente com a equipe multidisciplinar, na perspectiva de aproximação do ‘trinômio’, – família, escola e comunidade –, com planejamentos e garantia de direitos, mas sempre evidenciando suas atribuições privativas descritas no código de ética profissional. Sendo esta uma questão ainda mais importante na medida em que vivenciamos um cenário tanto do desmonte das políticas sociais, pela crise econômica e política no âmbito nacional e internacional, como da atual situação de pandemia da covid19, o profissional tem que se adaptar criando novas estratégias de fortalecimento de sua atuação, com práticas de sistematizações inclusivas, participativas e dialógicas da educação popular, além de se reinventar constantemente por meio de estudos continuados, formações e aprofundamento no fazer profissional.

Entre os resultados obtidos, foi possível constatar o diferencial de um profissional Assistente Social, que traz um olhar especial e pedagógico para o campo educacional, visando potencializar suas práticas com metodologias da educação popular. Assim, para garantir a aproximação entre o trinômio – família, escola e comunidade –, além de observar, de forma crítica, as expressões da questão social que atingem, de forma direta e indireta o campo educacional, para traçar estratégias de enfrentamento dessas expressões da questão social no âmbito educacional.

É imperioso, portanto, o Estado assegurar as condições de educação, saúde e proteção social às famílias e às crianças como forma de salvaguardar a equidade social, tarefa ainda mais desafiadora no cenário da relação do Estado com o capital.

A APROXIMAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO FORMAL

Para o profissional de Serviço Social, realizar uma intervenção social significa intervir na realidade do sujeito. Em uma breve análise sobre a aproximação entre o serviço social e a educação formal, trazemos a autora Piana (2009), que descreve o início da aproximação entre ambos e relata que, para o serviço social, o espaço sócio-ocupacional da educação é ainda novo, com grandes desafios a serem enfrentados, existindo poucas obras literárias a respeito da temática, mas um campo rico para atuação deste profissional que se faz tão necessário está presente nas escolas. Segundo a autora Piana:

No campo educacional, o Serviço Social surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar ou a falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola. O mesmo trabalho ocorria na Europa junto ao campo assistencial que atendia as crianças abandonadas ou órfãs, mães solteiras, colocação em lares substitutos ou para adoção e serviços em instituições fechadas. (Piana, 2009, p. 183).

O serviço social, na educação formal, tem um trabalho multidisciplinar, realizado com psicólogos e professores, cujo objetivo é atender alunos com dificuldades de aprendizagens, bem como acolher as famílias, seja em caráter individual ou em grupos configurados com problemas sociais apresentados pelas escolas. Além disso, realiza também visitas domiciliares

para conhecer, de forma mais profunda, a realidade em que cada educando está incluído, facilitando, sobremaneira, o processo de formulação de intervenções e encaminhamentos.

Continuamente, o(a) Assistente Social exerce funções (pedagógicas) educativas e organizativas sobre a classe trabalhadora. Já, na educação formal (e informal), o trabalho (em rede) do(a) Assistente Social é se articular com vários setores e instituições (saúde, assistência social, conselho tutelar, secretária de cultura, políticas sociais, entre outros) para realizar um trabalho em rede e dar respostas aos desafios que o profissional enfrenta em seu campo de atuação.

O(A) Assistente Social trabalha no intuito de integrar os(as) alunos(as), que se encontram em exclusão social, por meio do trabalho em equipe. O(a) Assistente Social fortalece o diálogo entre a família, escola e comunidade incentivando os alunos a continuar frequentando a instituição escolar e a participarem da sociedade em que estão inseridos, sendo a escola instituição social, deve estar vigilante às manifestações das expressões da ‘questão social’, quais sejam: discriminações (de gênero e etnia), vulnerabilidade social, incluindo violência física e psicológica (abuso sexual), bem como reprovações, alcoolismo, drogas, violência, evasão escolar.

É relevante pontuar, a importância da participação das famílias, junto com os próprios professores da Unidade de Ensino, por meio do desenvolvimento de ações, promover reuniões interdisciplinares para decisões e conhecimento sobre determinadas problemáticas enfrentadas pela comunidade escolar, principalmente na atual realidade vivenciada, o de pandemia da covid-19, cuja presença dos pais é de fundamental relevância no desenvolvimento do ensino e aprendizado de seus filhos, fortalecendo, assim, o trabalho da comunidade escolar.

Foram levantadas, aqui, questões pertinentes às necessidades básicas para que se tenha uma vida digna. De acordo com o art. 6º da Constituição Federal de 1988, os direitos sociais são a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, a assistência aos desamparados.

É relevante dar ênfase aos projetos de lei e à política educacional e à atuação do(a) Assistente Social no campo da educação. É interessante ainda se falar sobre o grande valor destes profissionais na área educacional, bem como seus métodos de intervenção em relação à realidade da educação que, em parceria com a comunidade escolar, garanta compromisso de uma formação inclusiva e cidadã.

Segundo a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. O parágrafo 1º desta Lei disciplina a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. Já o parágrafo 2º explicita que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Em um país extremamente desigual e capitalista, logo cedo, crianças e/ou adolescentes vindas de família de baixa renda (em risco de vulnerabilidade social), são obrigadas a trabalhar, abrindo mão do direito de vivenciar a infância e juventude, por se virem obrigadas a auxiliar na renda domiciliar. Nesse sentido, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, vários direitos são violados, prejudicando a educação, lazer e cultura.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões e de trabalhar as relações interpessoais e grupais. A intervenção do(a) Assistente Social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando consciências, que utiliza uma linguagem em que a relação social pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, de interação de equipe, de busca de estratégias, de proposição e intervenção, de maneira a resgatar uma visão de integralidade e coletividade humana, sem esquecer, no entanto, o real sentido da apreensão e participação do saber e do conhecimento. Desta forma, pode-se afirmar:

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio (ALMEIDA, 2000, p.74).

A contribuição do(a) Assistente Social se dá também em sua atuação com as equipes interdisciplinares, nas áreas cujos diferentes saberes, aliados a diferentes formações profissionais, possibilitam a cooperação e uma visão ampla em volta das expressões da questão social. Então, o(a) Assistente Social pode propor ideias efetivas a fim de (resgatar a integridade do indivíduo) garantir direitos e realizar intervenções caso necessárias. Além disso, poderá contribuir produzindo

literaturas que venham fortalecer o conhecimento do fazer profissional do(a) Assistente Social no campo educacional.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Tendo em vista a necessidade de se falar sobre a atuação do(a) Assistente Social na educação, é imprescindível realizar uma análise sobre a educação e sua relevância na sociedade, a aproximação desta com o serviço social, e evidenciar a educação popular como uma forma metodológica que vise potencializar a atuação do(a) Assistente Social em sua intervenção no campo de atuação profissional e aproximação deste com o sujeito.

Segundo o CFESS (2012), a educação é um complexo específico da vida humana cuja função relevante, na dinâmica da reprodução social e na sociedade organizada como um todo, partindo das contradições básicas entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram seus produtores e expropriam sua produção (mais valia social).

Percebe-se que a educação formal (não em completa totalidade) tem uma base ideológica fundamentada em um saber meramente tecnicista e focalizado para a condição do indivíduo se formar e ir procurar um trabalho sem conseguir realizar uma leitura de mundo crítica reflexiva. De acordo com as autoras Machado, Silva e Tolentino (2019):

Se no exercício profissional o(a) assistente social se defronta com possibilidades de atuar com a educação popular, o ideal é que ele saiba o que ela significa desde de formação acadêmica. Além disso, a educação popular nos possibilita praticas mais criticas e democráticas, opostas a ações verticalizadas, em que só se considera o saber do profissional, restando ao

seu público-alvo o mero papel de espectador, e não de sujeito social (MACHADO; SILVA; TOLentino, 2019, p. 78).

Dessa forma, é pertinente observar a diversidade do saber, ou seja: se a educação é mercantilista ou se é utilizada pelo capital a fim de formar pessoas para o mercado de trabalho sem que estes aprendam a pensar e a refletir sobre a sociedade que os cerca, tornando-se, assim, indivíduos sem formação de uma consciência crítica e reflexiva da vida política e cotidiana, e seguindo a ilusão de uma educação bancária como aborda Paulo Freire.

Visando uma educação bancária (em que o sujeito não consegue realizar uma reflexão política, crítica e humanizada sobre a realidade que o acerca), ele assume, predominantemente, o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais ideológicos (impostos pela classe dominante) das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham, contínua e ampliadamente, as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante.

A educação (formal e informal), que vai para além de ser bancária, visa fazer com que o indivíduo reflita sobre a realidade em que está inserido. Sem menosprezar os saberes populares advindos dos sujeitos estabelecidos em sua cultura e realidade social. O(a) Assistente Social, estando de posse dessa reflexão crítica, cria estratégias de aproximação com a realidade dos sujeitos que estão firmados, e tornar-se ponte entre dois extremos (realidade do sujeito e garantia de direitos), utilizando-se da dialogicidade, sistematização de vivências em grupos, e o compartilhamento de experiências entre os(as)

usuários(as) que permite um conhecimento aprofundado na realização da intervenção social. De acordo com Freire (2019):

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto um do outro. Quem ensina aprender ao ensinar e quem aprende ensina ao aprende (Freire, 2019, p.25).

Assim, o serviço social abraça a educação popular para, juntos, trabalharem pontos da vida social dos indivíduos, como cultura, território e cotidiano, num conjunto de práticas sociais e metodologias necessárias (orientações, sistematizações, reuniões, práticas participativas e formações) à continuidade de um modo de ser, bem como às formas de sociabilidade (realidade cotidiana) dos sujeitos que particularizam uma determinada sociedade com mais foco na coletividade, autonomia e humanização dos cidadãos.

Mesmo que a realidade da função social dos indivíduos seja marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas e mobilizações societárias, que não se esgotam nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação e até alienação da população, faz-se necessário pensar articulações que se contrapõem às expressões de desigualdades sociais e que visem à inclusão dos sujeitos com emancipação de um reflexo de consciência crítica.

Neste contexto, percebe-se, para além do que está posto, que é essencial existir uma educação libertadora, que valorize o sujeito em sua realidade e cultura em que está inserido, e que o profissional elabore estratégias humanizadas, criativas e dialógicas, ainda que seja uma luta incessante. A educação popular favorece à inclusão de formas claras de dialogicidade

e sistematizações da realidade das populações que contribua com a autonomia e conhecimento que incentivem os sujeitos a reivindicar o acesso e a garantia dos direitos.

BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

A educação popular é mais antiga do que a própria divisão social e técnica do saber, já que permeou, por milhares de anos, culturas, tradições e gerações. A educação popular vem conduzindo, em sua essência, o saber popular, a sabedoria, coragem, dialogicidade, amorosidade, humanização, lutas, organicidade, mobilização e resistência da ancestralidade, que lutava para fortalecer sua comunidade diante dos desafios que eram impostos pelo tempo.

A afirmação cultural se dava, por conseguinte, pelo compartilhamento de ensinamentos de conhecimentos populares, mediante as tradições que eram passadas no decorrer das gerações, para preservar, assim, a integridade, a memória viva e todos os saberes populares.

De acordo com Brandão (2012), a educação popular surge:

Então as pessoas aprendem. Como ensinar e – aprender tornam-se inaceitável para que os grupos humanos sobrevivam agora e através do tempo, é necessário que se criem situações onde o trabalho e a convivência sejam também momentos de circulação do saber. Entre mundos e homens muito remotos, onde emerge ainda nossa espécie – *homo sapiens* este é o primeiro sentido em que é possível falar de educação e de educação popular [...] (Brandão, 2012, p.22).

Em conformidade com Paludo e Marialva (2009), é relevante destacar um pouco da origem da Educação Popular no Brasil para que se tenha maior compreensão acerca do contexto, conforme é explicitado abaixo:

Educação popular teve início antes da Proclamação da República com a finalidade de auxiliar na libertação dos escravos nos anos de 1888, como forma de conscientizar os escravos dos seus direitos e a necessidade de sua libertação e também junto ao movimento operário socialista no final do século XIX no Brasil (Paludo apud Marialva, 2009, p. 2).

A educação popular, em seu breve percurso sócio-histórico no Brasil, movimentou-se desde o período da escravidão, em que esta era utilizada como um instrumento de mobilização e organização da população negra que buscava sua liberdade.

Com o passar do tempo, a educação popular já começa a ser sistematizada e posta no papel com um viés voltado para a prática da leitura e da escrita, mas, principalmente, como uma pedagogia progressista e democrática de conscientização, autonomia e libertação crítica, reflexiva e revolucionária do indivíduo. De acordo com Freire (2019), a educação popular, apresenta-se mediante o seguinte entendimento:

O método Paulo Freire não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra (FREIRE, 2019, p.17).

Ao dialogar sobre educação popular, significa pautar uma educação laica, crítica, reflexiva, humanizada, gratuita e democrática em que todos(as) tenham acesso garantido ao conhecimento e uma educação de qualidade. É trabalhar na construção de uma sociedade emancipatória pensada sobre os parâmetros da equidade social.

A prática educacional popular define-se, portanto, como uma ação que fortalece e humaniza as relações entre os indivíduos, que valoriza a liberdade do pensamento e crítica ao que se coloca como ‘verdadeiro’, contrapondo-se ao individualismo, à alienação, à desvalorização dos indivíduos e a uma pedagogia voltada apenas para interesse do capitalismo (principalmente na era do consumismo exacerbado). Assim, a metodologia da educação popular visa fortalecer os vínculos afetivos mediante a dialogicidade entre os sujeitos.

Dessa forma, o serviço social se articula na perspectiva de trabalhar esses processos em que a educação popular também se manifesta. Ambos, serviço social e educação popular, se articulam para potencializar e sistematizar experiências, com espaços de formação, reuniões. Segundo Faleiros (2011):

O próprio trabalho institucional é um dos meios para se tornar oportuna essa reflexão, esse intercâmbio gerador. Um tema não pode ser gerador de conscientização, em si mesmo, como deixa entender certas expressões de Paulo Freire. A “geração” da conscientização dá-se no processo de mobilização, organização, de reflexão, que se produzem na relação entre atores e forças nas condições concretas em que encontram. Nessas condições concretas é que se devem viabilizar formas de ação-comunicação no sentido da transformação (Faleiros, 2011, p. 105).

Nesse sentido, a educação popular diverge da educação tradicional, pois esta se coloca apenas para manutenção da ordem social vigente, ou seja, para manutenção do capital. Porém, o serviço social traz, em seu código de ética, a defesa intransigente das classes menos favorecidas (classe trabalhadora). Segundo a publicação do CFESS (2012):

Problematizar junto ao/as assistentes sociais que atuam na área da educação acerca das particularidades da educação popular; na perspectiva do aprofundamento teórico político e da sistematização das experiências (CFESS, 2012, p.60).

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR

Visando à necessidade de se pensar o exercício profissional do/a Assistente Social, buscou-se entender a articulação entre o Serviço Social e o método pedagógico da Educação Popular, e como tais elementos possibilitariam ao profissional de serviço social uma visão totalitária e interventiva da realidade reflexiva e crítica. De acordo com Machado, Silva e Tolentino (2019):

Mas, em termos técnico-operativos, podemos dizer que (no estimo a consciência crítica e a uma fundamental cultura democrática) a metodologia da educação popular é fundamental pois, ao mesmo tempo em que busca desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternizadas – a partir de categorias como diálogo, conscientização, práxis, participação, entre outras - , luta pelo protagonismo dos sujeitos

sociais almejando a transformação social (MACHADO; SILVA; TOLENTINO, 2019, p. 85).

Assim, é a partir da inclusão do sujeito autor de sua própria história, com domínio do espaço e da fala em que este, por meio das metodologias participativas, possa desenvolver o reconhecimento da relevância enquanto ser social na participação e busca de seus direitos, tornando-se o autor da própria história. Considera-se que tal relação constitui e fundamenta a perspectiva pedagógica trabalhada no processo prático dos(as) profissionais de Serviço Social, de modo a fortalecer e ampliar a visão da categoria no que se refere à prática profissional dos(as) Assistentes Sociais na contemporaneidade.

[...] para que a ação profissional cotidiana não caia no vislumbre da teoria abstrata, á que se procurar fundamentação teórica cada vez mais, porém sem eliminar a importância da riqueza escondida por trás da prática. Para que a prática não seja vazia nem a teoria seja um sonho (Vergara, 2021, p.67).

A educação popular traz o fortalecimento da prática do(a) Assistente Social, com metodologias a serem utilizadas tanto na sua atuação como no seu espaço sócio-ocupacional, harmonizando a aproximação entre o profissional e a família (classe trabalhadora), produzindo uma leitura clara, precisa e objetiva da sua realidade social e da inclusão do sujeito em seu ambiente social e cultural e trabalhando e na garantia do trinômio, família, escola e comunidade, realizando a sistematização de informações, para efetuar a intervenção de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse caminhar, fica clara a importância de se pensar estratégias e propostas interventivas junto à classe trabalhadora que, de fato, sofre com esses novos contornos políticos desenvolvidos e defendidos pelo capital. Assim, compreende-se que o Serviço Social, ao utilizar metodologias da educação popular, articula propostas que visam maior aproximação entre os sujeitos.

Esses instrumentos (sistematizações, reuniões, instrumentos de dinâmicas participativas, dialogicidade) propõem grandes possibilidades no enfrentamento ao que está exposto como forma de sociabilidade (aproximação), tanto no âmbito político, cultural, econômico e ideológico, produzido e compartilhado na sociedade como um todo, como na construção do anúncio de novos projetos e propostas, sendo estes articulados de forma democrática e justa com todos os sujeitos sociais que fazem parte da comunidade escolar.

Paulo Freire (2019), ainda reforça, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, que tem de haver o saber popular, assim como o saber científico, e os dois têm que caminhar lado a lado. Diante disso, percebe-se que existe a construção de um novo saber, sendo este crítico, questionador, democrático e progressista que tencione o favorecimento e fortalecimento de práticas nos atendimentos aos indivíduos, nas sistematizações e criações de propostas metodológicas que objetivem ensinar, de forma clara, aos sujeitos, bem como copilar dados necessários em espaços sociais.

A articulação entre o Serviço Social e a Educação Popular é de extrema relevância, já que ambos defendem os direitos da classe trabalhadora e lutam por uma sociedade democrática e livre de preconceitos. E, ainda, por priorizarem a educação libertadora, humanizada, progressista e autônoma, visando novos horizontes para a prática profissional do(a) Assistente Social,

possibilitando maior entendimento da realidade do sujeito, tendo maior aproximação dialógica e valorizando os indivíduos na própria cultura em que estão inseridos, proporcionando, assim, maior interação coletiva e participação e inclusão social.

Vale salientar, aqui, a relevância do Código de Ética para o Serviço Social, pois este foi um divisor de águas na ética profissional da profissão, marcando o rompimento com as correntes conservadoras, além de direcionar o compromisso ético-político do Serviço Social com as classes trabalhadoras. Assim, falar em educação popular e serviço social é falar de resistência, pois os dois defendem o mesmo projeto de uma sociedade mais justa e igualitária.

Pensar a dimensão pedagógica e educacional do serviço social é um trabalho que busca desenvolver perspectivas para desvelar, desmitificar a realidade produtora das desigualdades sociais, sempre visando à autonomia e à participação dos indivíduos sociais e a aproximação de alunos, família e comunidade escolar. Como efeito, o(a) assistente social tem que ter um conhecimento amplo da complexidade da realidade social para criar possibilidades de transformar meios de acordo com o seu projeto profissional.

É por meio da mediação social que o(a) assistente social realiza esse enfrentamento no complexo tecido das organizações sociais em que ele(a) atua, tendo que lidar diretamente com as expressões da questão social no âmbito educacional.

No campo da educação, o que se requer do assistente social é competência, criatividade e ousadia profissional na capacidade de lidar com a dinâmica da sociedade e a complexidade desse campo educacional. De acordo com Paulo Freire, *“educação sozinha não muda o mundo, mais sem ela tão pouco o mundo muda”*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na educação**. In: Revista Inscrita, nº 6. Brasília, 2000.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 22.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 101, de 3 de julho de 2019. Brasília. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_6.asp>. Acesso em: 6 de maio de 2021.

Faleiros, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 105.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: sabres necessários para uma prática educativa. 58. Ed-Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019, p.27.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 5 de maio de 2021.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. D. O. de 16/07/1990, p. 13563. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 6 de maio de 2021.

MACHADO, A. M. B.; SILVA, A. M.; TOLENTINO, G. M. P. **Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p.70-87, 2019.

PALUDO, conceição. **Educação Popular em busca de Alternativas – uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre-RS. Tomo Editorial Ltda, 2001.

PIANA, Maria Cristina. **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: OLHARES QUE SE ENTRECRUZAM**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, nº 2, 182 p. 182-206, 2009.

Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. CFESS Conselho Federal de Serviço Social (série 3, trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Gestão Tempo de Luta e Resistência 2011-2014).

VERGARA, Eva Maria Bitencourt. **As categorias cotidiano e mediação na atuação profissional do assistente social**. Unitins, serviço social, 7º período. Disponível em: <https://www.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/AVA_634562631638503750s.s_7_8op_baixa_apostila.pdf>. Acesso em: 7 de maio de 2021.

A BIODANZA NO CUIDADO E NA AÇÃO SOCIAL NO CPICS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL NA EDUCAÇÃO POPULAR EM TEMPOS COMPLEXOS

Maria Aparecida Porte Ferreira¹

INTRODUÇÃO

Nós somos a memória do mundo. Só é preciso lembrar que é em nossas células. A coragem de inovar. O abraço, e a reunião de despedida. O mar na nossa pele. A música da vida. A dança da vida. Biodanza nos dá memória ancestral, a possibilidade absoluta de amor. (TORO, 1991, apud TERRÉN; VERÔNICA TORO, 2008, p. 14 - tradução nossa)

Estamos inseridos em um contexto social impregnado de individualismo. Estamos fragmentados, alimentando, ao invés de interação e unidade, uma cultura cartesiana, dicotômica que por vezes impede a pessoa de perceber-se enquanto sujeito no processo de aprender a ser e estar no mundo de maneira

1 Mestra em Ciências das Religiões do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, na UFPB; Especialista em Supervisão e Orientação Educacional, Educação Biocêntrica, Educação Infantil, Pedagoga, Naturóloga, Terapeuta Holística, Facilitadora de Biodanza, colaboradora e voluntária de projetos ligados à Capela universitária / PRAC - Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: cidaportelua@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7102806160686735>.

vinculada, conectado a si mesmo, à natureza e ao cosmo. Nesse aspecto, conforme Toro²:

A cultura dissociativa desqualifica a vida presente, dessacraliza e sabota seu valor e significado intrínsecos. A Educação está infiltrada pela cultura dissociativa. Não obstante, a evolução da ciência e do pensamento complexo se orienta atualmente para a integração de conceitos que permaneceram separados durante muitos séculos e que deram origem à civilização ante-vida. (TORO, 1991, p. 20)

Essa concepção trazida por Toro (1991) revela um cenário globalizado, presente em nossa sociedade, onde o sujeito vive à deriva em um mundo de incertezas e complexidades, como sinaliza Morin (2001). Estamos imersos em uma sociedade dissociativa, mecanicista, linear e opressora, que se importa de modo marcante com valores materiais e se contrapõe a uma concepção de cultura holística, pautada nos princípios éticos, afetivos e biocêntricos de educação de uma educação popular, preocupada com o humano, com a unidade, princípios voltados para preservação de uma vida saudável e feliz, nos quais a Biodanza está ancorada, como Prática Integrativa e Complementar em Saúde (PICS), percebendo o sujeito de uma forma mais ampla, global.

Para Freire (2013, p. 37):

2 A Biodanza foi criada na década de 70, pelo educador, psicólogo, antropólogo, biólogo e poeta chileno: Rolando Toro Aranêda.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores dessa realidade e se essa, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

Nesse cenário, a crise generalizada do mundo globalizado lança o sujeito para um movimento imediatista e acelerado, que o afeta e se revela no modo como vivem, desconectados de si, revelando um certo descuido consigo e principalmente com o outro, conflito nos modos de agir diante de importantes necessidades da vida, como educação, trabalho, e de dificuldade para se estabelecer: ter autonomia, moradia, saúde, entre outras, nesse cenário desigual. Ao considerarmos as adversidades vividas por esse ser é pertinente trazermos para essa discussão a concepção de fenômeno da “corporeidade”, uma vez que para ser um sujeito autônomo lhe é negada a expressão da própria corporeidade.

Freire (2000) denuncia que vem de longas datas o desrespeito com que se tratam as questões ligadas ao corpo. Elas permanecem bem presentes e marcantes nos dias de hoje. O corpo fala e tem memória, e muitas vezes sente-se aprisionado, fechado no silêncio mais profundo do ser, trancado em sua subjetividade. E assim, percebe-se separado, fragmentado, enfrentando negação e interdição, gerando frustração, num mundo em que até a própria prática educativa, que deveria libertar, o oprime, pois é mais forte em função do poder disciplinar, tal como foi discutido por Foucault (2009).

Nessa realidade a Educação bancária discutida por Freire (2013) insiste em durar e se cristalizar ainda hoje, na nossa cultura, a qual sinaliza para a continuidade de uma educação

reprodutora, detentora do saber, da dualidade, da separação que fazem uso da vigilância e da punição. Deste modo, esse processo de proibição do corpo acaba suprimindo a corporeidade e anulando as emoções, sentimentos e pensamentos do sujeito.

Entretanto, a Educação Popular promove libertação pessoal, e a dimensão sociológica da Biodanza está centrada na liberação dos corpos e na expressão saudável dos instintos. O “processo evolutivo do ser humano tem que começar com a etapa de sobrevivência, prosseguir com a de liberação, para culminar com a felicidade amorosa e criativa” (TORO, 1991, p. 74). Em Biodanza se busca conquistar a unidade, o equilíbrio, a harmonia para o indivíduo.

O criador da Biodanza denuncia que:

O esforço cultural de toda uma civilização para separar o corpo da alma, deu como resultado que o corpo perdesse importância: o corpo pode ser massacrado, o corpo pode ser torturado, o corpo pode ser submetido à fome, à miséria. Podem morrer povos inteiros com uma bomba de nêutrons, construída com a colaboração das mais brilhantes inteligências, porque ao final, são os princípios, a alma, o que importa. O corpo não importa. Chegamos a tal situação de civilização patológica - por esta dissociação corpo-alma - que talvez a única esperança sejam todas aquelas disciplinas, todas aquelas ações que tendem a unificar o ser humano, quer dizer, que seu corpo seja a expressão mesma de tudo que ele é, de toda sua existência. (TORO, 1991, p. 51)

Perante tais reflexões, percebemos cada vez mais forte a necessidade de se efetivar a Educação libertadora, de acordo

com Morin (2001), a Educação precisa revelar no processo de ensino e aprendizagem a condição humana com base na razão, sem esquecer a afetividade, a emoção. É preciso enfrentarmos os problemas e desafios para podermos superar no mundo as incertezas em nosso cotidiano. A sobrevivência do ser depende da capacidade de orientar a própria vida em direção a um “para que coisa”, ou um “para quem”, ou seja, a capacidade do ser de transcender-se (FRANKL, 2008).

Diante do exposto, a pesquisa em tela parte das perguntas norteadoras: Como dançar a vida em tempos complexos? Qual o impacto da Biodanza em sua parceria com a Educação Popular para as pessoas que buscam o cuidado através destas práticas? Na tentativa de respondermos tais indagações buscamos a contribuição de arcabouços teóricos e empíricos. Assim, a pesquisa tem como objetiva discutir sobre Biodanza e Educação Popular como práticas do cuidado e ação social no Centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CPICS), em João Pessoa - PB.

1 Biodanza e o Princípio Biocêntrico: *do caos à ordem*

O arcabouço teórico-prático da Biodanza³ tem relação com o Princípio Biocêntrico que é o alicerce, é a base estrutural do modelo metodológico da Biodanza e se inspira em uma perspectiva que conserva os sistemas vivos, respeita e permite sua evolução. Estabelece um modo de sentir e de pensar que toma como referência existencial a vivência. Essa metodologia é

3 Etimologicamente, a palavra Biodanza apresenta o prefixo “Bio”, que tem sua origem no termo grego “*Bios*” (vida). A palavra “*Danza*”, em espanhol, vem de origem francesa “*danse*”, que significa movimento integrado, pleno de sentido. Assim, Toro (1991) concebeu a “Biodanza, Danza da Vida”. As literaturas trazem o termo original em espanhol, da palavra Biodanza, porém, encontramos alguns teóricos que utilizam a palavra em Português, “Biodança”.

a própria vivência, considerada no momento presente, o aqui e agora. Os potenciais genéticos são inerentes ao ser humano e são representados pelas Linhas de Vivência: Vitalidade, Sexualidade, Criatividade e Transcendência. De acordo com Toro (1991), o universo apresenta regularidade, que atua no “caos”.

Para compreendermos o fenômeno da vida como um acontecimento cósmico é necessário entendermos que os seres vivos possuem elementos e características fundamentais comuns e estão interligados em uma rede de sistemas entre si. Nessa linha de entendimento, o universo pode ser percebido como um sistema vivo. O reino da vida abrange muito mais do que vegetais, animais, homens e mulheres. Tudo o que existe, da pedra ao pensamento mais sutil, faz parte de um sistema vivo e extraordinário, complexo nesse holograma, tecido de vida que pulsa.

A “Teoria da Complexidade” traz a ideia do comportamento dos sistemas complexos, onde a principal característica é contravir ou modificar-se a cada nova informação que sobrevém do ambiente, mediante um processo de aprendizado. Este sistema é composto por vários agentes adaptativos no qual o comportamento se altera à proporção que ele evolui, ou apresenta uma interação com o ambiente. Tal teoria remete à ideia de que o mundo é um evento transdisciplinar (MORIN; MOIGNE, 2000).

Morin (1990) define a Complexidade como um fenômeno quantitativo em um primeiro momento. Com isso, entendemos que há uma vasta quantidade de ações e de interposições entre uma enorme quantidade de elementos. Ela está presente em tudo que é material, ou não, é um atributo de todo mundo, por estar no nosso cotidiano.

Na Física, a palavra caos remete a comportamento praticamente imprevisível, exibido em sistemas regidos por leis

deterministas e que se deve ao fato de as equações não-lineares que regem a evolução desses sistemas serem extremamente sensíveis a variações, em suas condições iniciais. Assim, uma pequena alteração no valor de um parâmetro pode gerar grandes mudanças no estado do sistema, à medida em que este tem uma evolução temporal.

Em toda vida, na dimensão do aqui - agora, há uma inteligência organizadora proveniente da própria vida que se faz presente em tudo. Galáxias, planetas, seres vivos e natureza fazem parte de um sistema único, regido pelas mesmas regras e leis universais. O efeito desta forma de pensar, portanto, implica em uma postura de protegê-la e em uma ética de cuidar da mesma, fazendo com que todas as nossas ações e relacionamentos se voltem para sua preservação e nutrição.

Diante desse cenário, em suas contribuições teóricas, Toro (1991) propõe que o Princípio Biocêntrico seja o centro e o ponto de partida para a Educação, que seja norteador das disciplinas e de comportamentos humanos. A auto-organização está em todos os lugares do sistema, pois nasce da interconexão dos componentes do sistema que se relacionam. São os elementos contribuindo para produzir uma totalidade mais considerável que a simples soma delas.

O padrão de organização “autopoiético” deriva de “*autopoiéses*”. O termo *poiésis* é de origem grega, que significa produção; *autopoiése* quer dizer autoprodução. É empregado por Maturana e Varela (1990), para definir os seres vivos como sistemas que produzem continuamente a si mesmos. Esses sistemas são autopoiéticos porque recompõem continuamente os seus componentes desgastados, que os autores atribuem ser “centro da dinâmica constitutiva dos seres vivos” (MATURANA; VARELA, 1990, p. 25).

Os seres vivos se caracterizam pelo fato de, literalmente, se produzirem continuamente a si mesmos, e assim, chamamos a organização que os define de organização autopoietica. Os componentes moleculares de uma unidade autopoietica celular deverão estar dinamicamente relacionados em uma contínua rede de inteirações. (MATURANA; VARELA, 1990, p. 25)

Capra (1997) afirma que a Ecologia rasa é antropocêntrica ou centralizada no ser humano, e vai além quando se refere à ecologia. A Ecologia profunda não separa seres humanos ou qualquer outra coisa do meio ambiente natural. Sua visão não é do mundo como uma coleção de objetos isolados, mas aparece como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes.

A Ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de seres vivos e concebe os seres humanos como um fio particular na teia da vida. A compreensão de que o ser humano se apresenta como mais uma das possíveis manifestações da vida e que reconhece a sagrada pulsação da natureza em nós exige um posicionamento ético e afetivo.

A Biodanza está ancorada na concepção holística integradora das instâncias da natureza (interligadas e concomitantes na rede da vida) em consonância com as noções de inconsciente vital, do princípio biocêntrico e da ideia de cognição celular, explicitados por Toro (1991), como sendo fundamentais para entender e recuperar a sintonia vital com o universo.

2 Biodanza, cuidado e ação social tecendo elos com Educação Popular, em tempos complexos

Desde as civilizações mais antigas, a dança significa transcendência pela atitude corporal, uma constante comunhão em respeito e agradecimento à natureza, vivência de experiências na celebração diante de acontecimentos da vida, de revelação da manifestação do universo na cultura dos seres humanos e, sobretudo, mostrando pelos gestos e movimentos a expressão da vida humana. A dança é condição inata do ser humano (TORO, 2005).

Nesse sentido, “a Biodanza provém dessa condição inata do pulsar de vida e é considerada como um sistema de desenvolvimento humano de renovação orgânica e reeducação afetiva” (TORO, 2005, p. 33). Para tanto, utilizamos a música, a dança e as vivências integradoras em grupo, com fins terapêuticos. Assim, se desenha essa prática integrativa, como um campo gerador de possibilidades, gerador de mudança na vida de seus usuários, visto que:

o que caracteriza a biodanza como um sistema de psicoterapia social e educação, é que se baseia em uma nova percepção do homem e não em mais uma ideologia sobre o homem. A dimensão sociológica de biodanza se inicia em um comovedor e profundo sentimento de fraternidade e não em uma ideologia humanista. É a ativação dos núcleos inatos de vinculação, o que permite uma mudança social em profundidade. (TORO, 1991, p. 75)

A Dança da vida - Biodanza - tem um papel importante no que tange ao cuidado, à saúde e à educação, assumindo compromisso social, ético, solidário envolvendo o protagonista enquanto ser, em toda a sua dimensão: física, mental, emocional, afetiva, social e espiritual. Essas estruturas compõem o princípio,

o construto teórico e a práxis da Biodanza e têm uma relação recíproca e dialógica que norteiam os princípios da Educação Popular. Desse modo, observamos que:

É fundamental fazer um processo educacional por meio do qual se abram possibilidades, espaços e alternativas para que as pessoas coloquem os determinantes e os fatores que influenciam seu processo de vida, sejam eles sociais, culturais, emocionais, afetivos, espirituais, econômicos [...]. O diálogo é um elemento teórico e metodológico fundamental no contexto da participação sobre como conduzir os processos de educação. (CRUZ; MELO NETO, 2017, p. 124)

Nesse viés, é válido ressaltarmos que a Biodanza na saúde tem um papel fundamental, pois atua como um complemento terapêutico, uma Prática Integrativa e Complementar em Saúde (PICS). Saúde numa realidade entendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS)⁴ como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (BRASIL, 2018, p. 249). Ainda que o referido “estado de completo bem-estar” (op. cit.), seja inatingível, como bem sabemos.

Entendemos que as condições de nutrição da vida e de cuidado não são favoráveis na contemporaneidade. Em certos casos o vazio existencial se torna a realidade do ser, será impossível o desenvolvimento de uma disponibilidade básica constante para a sensibilização solidária e terna consigo. O cuidado, em saúde, significa dar atenção, tratar, respeitar, acolher o humano enquanto ser pluridimensional e esta é

4 Em 1998, a Organização Mundial da Saúde (OMS), incluiu a dimensão espiritual, no conceito multidimensional de saúde, remetendo às questões como significados e sentido da vida, e não se limitando a qualquer tipo específico de crença, ou prática religiosa.

uma dimensão da integralidade, presente na Biodanza, como podemos observar a seguir, no Quadro 1:

Quadro 1: Desdobramento do sentido de Cuidar em Biodanza.

Cuidar em Biodanza	
O sentido da Empatia	Cuidar de alguém é colocar-se e seu lugar; é viver o que ele está vivendo; é assumir um olhar integral para com o indivíduo.
O sentido da Ajuda	Ajudar o outro a realizar o que ele não pode fazer sozinho. Sob esta perspectiva, cuidar de alguém é ajudá-lo a ser autônomo, ou seja, a realizar sua própria vida.
O sentido do Convite	Cuidar é convidar o outro para desejar-se, ser ajudado pelo cuidador.
O sentido do Ser na vida na sua inteireza.	Cuidar de si e do outro é estar o/a protagonista no verdadeiro centro da ação em torno do qual, tudo adquire sentido e valor, espiritualidade do ser.

Fonte: Ferreira (2017).

Assim, Boff (2017) dialogando com Toro (1991), afirma que o cuidar é algo intrínseco ao homem. Já se nasce ser do cuidado, está inscrito nas células. Ao mesmo tempo percebemos que atualmente existe falta de cuidado do homem em relação a si e ao planeta. A sua ressonância negativa evidencia-se pela má qualidade da vida, penalização da maioria empobrecida da humanidade, degradação ecológica, exaltação exacerbada da violência, descuido e uma falta de atenção pela vida.

Essa concepção trazida por Boff também é evidenciada pelas ideias de Toro (2005), quando o autor insere nos aportes

teóricos da Biodanza, questões mais abrangentes de caráter sociais, éticos e humanitários que abarcam os processos de nossa civilização ante-vida. Heidegger (1997), dialogando com Boff, diz que o cuidado significa um fenômeno ontológico-existencial básico.

Nesta ótica, o cuidado faz uma conexão entre todas as estruturas que envolvem a existência, cujo sentido será compreendido através da temporalidade. Segundo Heidegger (1997, p. 19), a temporalidade é o que possibilita o fundamento ontológico da existência no tempo. Ele ainda afirma que “o ser-no-mundo é caracterizado como cuidado”. E percebe-se que além do autocuidado, deve existir uma relação recíproca no referente ao ato de cuidar, que é também um desafio na contemporaneidade, onde grande parte das pessoas está mais interessada em “ter”, do que em “ser”.

Conforme Ferreira (2019, p. 29):

O maior desafio que tem o ser humano está no campo afetivo. As ações humanas só poderão mudar se o emocionar de cada pessoa mudar. A tecnologia não é a solução para os problemas da humanidade, entende-se que os problemas da humanidade pertencem ao domínio do emocional. Os campos da Psicologia, da Saúde e das Neurociências sinalizam em suas pesquisas uma atenção maior com as emoções.

Toro (2005, p. 32) defende que as emoções têm uma resposta psicofísica de profundo envolvimento corporal, representado pelos impulsos internos à ação. Ele afirma que:

As emoções têm uma orientação centrífuga e uma acentuada expressividade (por exemplo: alegria, raiva, medo); têm uma forte influência

sobre o sistema neurovegetativo. Emoções violentas de raiva ou medo, repetidas com frequência, induzem transtornos psicossomáticos; emoções que não se expressam acumulam-se nos órgãos. (TORO, 2005, p. 32)

Cuidar das próprias emoções, dos sentimentos em Biodanza, vai além da percepção do existir, pois sugere um mergulho na profundidade do ser, o sentir-se como um ser no mundo, o sensibilizar-se com a beleza da existência humana, são aspectos que tornam possível o estabelecimento de uma nova forma de viver. Somente depois do “humanizar-se”, é que se pode iniciar o cuidar do outro e do planeta.

No que concerne à Educação Popular, percebemos que tem como ponto de partida os saberes prévios vivenciados pelos sujeitos. Ela traz saberes que têm sido construídos pelos atores e atrizes ao longo de suas trajetórias de vida, saberes fundamentais que favorecem um aprender a lidar consigo em situações de adversidades, tornando-se mais proativos e resilientes. E desta forma, podendo integrar saberes: o popular e o científico, em seu contexto.

Nas palavras de Brandão e Assumpção (2009, p. 83-84):

Para dialogarmos a respeito da educação popular, pensando nas contribuições do passado e nos desafios os da atualidade, devemos reconhecê-la como uma educação humanizadora. Uma educação para a qual a pessoa que se educa está destinada a conviver e a ser a partir do que estará sempre adquirindo e reconstruindo em si mesma, com-e-atraves de seus outros, em e entre comunidades aprendentes. Aprendendo o saber das teorias mais, e mais densamente, o saber que provém da experiência vivenciada de

uma afetiva, efetiva e crescente formação pessoal e interativa. Uma vida de busca do outro e de compartilhamento como sentido dela própria no cotidiano, como fundamento da razão de ser da experiência humana no mundo.

É relevante ressaltarmos a importância da Educação Popular como uma ferramenta capaz de promover transformação por meio de uma prática libertadora com base na luta por melhores condições de vida para todos. E precisa, portanto, ser pautada pelo diálogo, ação-reflexão e a práxis, na busca por uma sociedade mais justa e solidária, valorizando saberes e conhecimentos oriundos da cultura popular, aliados aos conhecimentos científicos, como aponta Freire (2013).

No entendimento de Cruz (2013, p. 16), a Educação sendo “amorosa e cheia de diálogo, incentiva um olhar criativo de nós sobre nós mesmos - nossa existência no mundo e o que seguimos produzindo, construindo, articulando, conservando, transformando e testemunhando”. Essas reflexões nos levam a perceber que a Educação Popular traduz uma nova maneira de viver dos indivíduos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e transformação social.

Essa forma de Educação tem trazido importante contribuição às práticas sociais, espaços de construção e participação compartilhada, nos processos educativos voltados à transformação da realidade social em diversos setores da vida. A Educação Popular e a Biodanza, vinculadas, apresentam-se como uma maneira da qual a pessoa dispõe para sentir-se participante efetiva nos seus modos de ser, agir, ver, sentir e pensar o mundo; na busca de vivenciar a vida na sua inteireza, a partir de si, poder encontrar no seu interior força, equilíbrio e

harmonia de seus corpos, para superação dos desafios e flagelos revelados no mundo moderno.

3 Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter de Observação participante e enfoque hermenêutico. Este, sendo mediador no processo de interpretação dos textos, ao considerarmos que toda a compreensão necessita de contextualização, para entendermos o que o fenômeno pode significar. A natureza qualitativa é caracterizada por Minayo (2010), como sendo um tipo de investigação que se aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas.

Desse modo, a pesquisa “incorpora as questões do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 2010, p. 31). Quanto à Observação participante Richardson (2012, p. 261) afirma que:

Na observação participante, o observador não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado. Se o pesquisador está empenhado em estudar as aspirações, interesses ou rotina de trabalho de um grupo de operários, na forma de observação participante, ele terá de se inserir nesse grupo de operários como se fosse um deles. Este tipo de observação é recomendado especialmente para estudos de grupos e comunidades. O ob-

servador participante tem mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária da comunidade do que o observador não participante.

O método dialógico torna-se também um meio de articulação entre o saber cotidiano e experiencial da vida com o saber erudito, sistematizado e rigoroso. Assim, “a união entre o saber e o senso comum é fundamental para qualquer concepção de luta política, de educação, de processo educativo” (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 58). O método dialógico é o de intercomunicação entre os indivíduos mediatizados pelo mundo e se apresenta como ativo, crítico e criticizador.

No que diz respeito ao enfoque hermenêutico, Creswell (2014) nos leva a entender que a investigação não deve apenas se restringir a um conjunto de regras ou métodos, mas pode ser um jogo dinâmico no qual pesquisadores(as), ao depararem-se com um fenômeno de seu interesse, possam refletir sobre esse tema essencial que constitui a natureza da experiência vivida, registrando uma descrição do fenômeno, mantendo forte relação com o item investigado, equilibrando as partes da escrita em relação ao todo, fazendo não somente uma descrição, mas um processo interpretativo do significado atribuído as experiências vividas.

3.1 Percurso metodológico da pesquisa

Para desenvolvermos a investigação, no primeiro momento, foi anunciado o teor do estudo aos sujeitos da pesquisa, através do processo dialógico e da Observação participante. No decorrer de aulas semanais, nas rodas iniciais

de Biodanza, foram lançadas as primeiras palavras geradoras acerca da problemática que envolve os fenômenos (Biodanza, o sentir, o cuidado, a saúde, o caos, a superação), partindo das percepções do grupo frente à vida.

No segundo momento, na semana seguinte, na roda de diálogo, foram feitas duas perguntas provocativas que fazem parte do objeto de estudo: “Como dançar a vida em tempos caóticos?”, “Qual o impacto da Biodanza na sua vida?” É também nesse contexto que o diálogo, em Freire (1986), apresenta uma dimensão metodológica ao viabilizar aos sujeitos a aquisição do conhecimento, da autonomia e da liberdade de expressão. Ele considera o diálogo não como uma técnica apenas, pois faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos.

Por isso, a experiência dialógica é vista pelo autor, como fundamental para a construção da curiosidade epistemológica, sendo constitutivas dela: “a postura crítica que o diálogo implica, a sua preocupação em aprender a razão de ser do objeto que medeia os sujeitos dialógicos” (FREIRE, 2001, p. 81). A partir das respostas aos questionamentos apresentados, a análise dos dados foi possível através do método da hermenêutica, que permitiu uma melhor compreensão acerca dos fenômenos estudados.

3.2 Discutindo os resultados do fenômeno estudado

A Biodanza é uma prática que, conforme as pesquisas, já estava sendo executada no Sistema Único de Saúde (SUS), antes mesmo de ser inserida na Política de Práticas Integrativas e Complementares (PICS). No entanto, apenas em março de 2017, a Portaria 849 incluiu oficialmente a Biodanza, juntamente com outras na Política Nacional de Práticas Integrativas e

Complementares (PNPIC), inserida às práticas coletivas da saúde.

No âmbito da Educação, a Biodanza é entendida como a Pedagogia do encontro que favorece uma aprendizagem pautada nos princípios éticos de valorização da vida, objetivando interação, diálogo, escuta, encontro consigo mesmo e com o outro, as relações com outros sujeitos, a natureza e o mundo em sua inteireza.

A dimensão da saúde, nessa prática integrativa, como sistema de desenvolvimento humano, tem como princípio básico a complementação terapêutica, objetivando o aprendizado, o cuidar de si e do outro, autoconhecimento e despertar consciencial. Observamos, no grupo pesquisado, que o diálogo e a escuta amorosa têm papel importante na relação de aprendizagem e de participação entre os sujeitos. Essa Observação foi possível por meio de interação, da construção dialógica e afetiva na relação entre educadora (a pesquisadora), e as educandas.

As pessoas pesquisadas foram 10 mulheres participantes do grupo de Biodanza, os resultados foram obtidos a partir dos diálogos e dos relatos da pesquisadora, durante ação pedagógica, como facilitadora nas aulas de Biodanza. Diante desse quadro, percebemos o diálogo como condição fundamental para a educação. Freire (2016, p. 109) reforça que: “o diálogo é o caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens, por isso, é uma exigência existencial, ele é o encontro da reflexão e ação dos sujeitos do mundo, encarregados de sua transformação.” O diálogo é um recurso significativo para a educação, conforme podemos observar na Figura 1:

Figura 1: O diálogo e seu lugar de destaque na educação.



Fonte: A Autora (2022).

Aqui, retomamos o pensamento de mundo também como mediatizador, na visão de Freire (2016, p. 46), pois, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Entendemos, então, que o mediador da produção do conhecimento, do saber entre o educador e o educando é o próprio mundo, rompendo com a educação bancária, através da ação dialógica.

O diálogo, em Freire (1983), é compreendido como o momento em que os seres humanos se encontram para conhecer e refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem como seres conscientes e comunicativos que são. Assim, “o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos”

(FREIRE, 1986, p. 122), e adquire conotação existencial, na medida em que possibilita ao educador e educandos serem sujeitos, capazes de compreender a realidade, problematizá-la e modificá-la. “Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 1983, p. 92).

Dessa forma, entendemos que esta dinâmica faz parte do processo de humanização, do ser humano dizer a palavra, na sua relação com o mundo. Ainda, no referente ao diálogo, Freire (1980, p. 43) reforça que, ele é “o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em ‘seres para outro’ [...]. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica.” Esse é um fenômeno humano, cuja essência é a palavra que, na práxis da ação e reflexão transforma e pronuncia o mundo (op. cit.).

Freire (2016) sinaliza que a Educação não pode acontecer com a imposição de um sujeito sobre outro, da transferência de conhecimento de um sujeito para outro, mas, ela acontece através da relação dialógica entre educando e educador; educando e mundo; educador, educando e mundo. Só assim, o educando é considerado e encarado como sujeito histórico, que pode adquirir a consciência crítica de sua realidade e transformar a realidade onde vive.

Ainda no referente aos resultados da pesquisa, eles foram obtidos partindo da observação participante, do diálogo em grupo e do relato de experiência nas aulas de Biodanza, onde foi acompanhada a progressão das participantes do grupo, trazendo ao mesmo tempo, uma melhor compreensão acerca do fenômeno estudado.

O grupo investigado considerou que dançar a vida na pandemia tem sido desafiador, pois, entende que, para dançar a vida real fora das rodas de Biodanza não tem sido uma tarefa

fácil, já que as diversidades da vida são muitas e agravou-se com a pandemia, principalmente, nas questões pessoais de cunho psicossocial e no agravamento de transtornos mentais, emocionais e doenças. A Pandemia, para as participantes do grupo, é considerada um caos.

Outro ponto observado está relacionado com a preocupação das participantes quanto às questões sociais: o distanciamento entre as pessoas, os medos gerados pela pandemia, problemas emocionais, os conflitos que aumentaram em algumas famílias e no campo profissional: a dificuldade financeira enfrentada por um significativo número de pessoas que deixou de buscar a qualificação para o acesso ao mercado de trabalho, o alto índice de desemprego e outras situações pelas quais o mundo está passando agora, inclusive as geradas por desequilíbrio ambiental, desigualdade social, violência, como fatores que afetam a saúde do ser humano.

Dentro dessa realidade, constatamos, por meio dos diálogos, a importância da parceria entre a prática da Biodanza e da Educação Popular na Pandemia, pois, esses processos têm favorecido a Dança da vida ao auxiliarem as pessoas na busca de conhecerem a si próprias, de cuidarem de si, olharem para dentro. São práticas promotoras de mudanças, e através das vivências oportunizadas as participantes puderam aprender a superar e lidar melhor com seus medos, anseios, conflitos internos e emocionais, tendo uma nova postura frente à vida. A partir de cada aula, de cada vivência, o experienciado em grupo trouxe significado diferente para suas vidas, principalmente a esperança, o cuidado e o amor à própria vida.

A eficácia de um exercício de Biodanza se processa em uma profunda integração entre a música, o movimento e a vivência. E a Educação Popular com seu processo dialógico, de abertura e de respeito mútuo, de liberdade de participação

penetram na vida em um processo de aprendizagem essencial. O sistema Biodanza se volta para o desenvolvimento do potencial genético, estimulando a expressão do ser no grupo, de forma que os exercícios e danças cumprem sua função reguladora atuando sobre o centro das emoções - o sistema límbico. Os movimentos e as cerimônias de encontro, acompanhado de música e canto, geram vivências capazes de modificar o organismo nos níveis imunológicos, afetivo-motor e existencial.

Dentre os benefícios proporcionados pela Biodanza temos: cuidado da energia vital e disposição para a ação; aumento da integridade motora, estimulação do processo de autoconhecimento; capacidade de substituição da depressão por novas motivações para viver; melhora a capacidade de comunicação e vínculo afetivo; regulação do sono e da pressão arterial; estimulação da criatividade sentido da renovação existencial, entre outros relacionados a saúde e a qualidade de vida. Isso, com vistas a integrar os potenciais genéticos e desenvolver criativamente um mundo na medida de suas necessidades profundas, uma cultura de vida (TORO, 1991). Em comunhão com a Educação Popular que promove melhoria da autoestima e da capacidade de comunicação e vínculo afetivo; estimulação da criatividade e do sentido da renovação existencial dos sujeitos e busca “transformar a situação que os oprime” (FREIRE, 2013, p. 84).

A união entre Biodanza e Educação Popular têm estimulado mais coragem, mais amorosidade, respeito à sacralidade da vida e a busca de um estado emocional mais saudável, neste período de Pandemia. É importante ressaltar que manter os cuidados sanitários durante as aulas de Biodanza, neste momento pandêmico, se faz necessário, mesmo entendendo que as adaptações nas vivências sejam necessárias,

observamos que as participantes sentem falta do abraço, do contato mais ostensivo nas Rodas de Biodanza.

Percebemos, durante as práticas, o quanto está sendo importante para elas, o contato com o “olhar”, neste momento. Este olhar que acolhe, abraça, sorri, e deste modo, podem ter uma conexão mais harmoniosa e amorosa, apesar do uso da máscara. Este aprendizado de amorosidade e cuidado, elas estão levando para suas vidas cotidianas. É pertinente esclarecer que em Biodanza trabalhamos com “contato e caricias” durante as vivências, uma vez que a prática da afetividade está sempre presente.

Devido aos cuidados sanitários, as aulas dessa área também estão sofrendo adaptações, os abraços, por exemplo, são evitados, alguns exercícios e danças estão sendo adaptados. É interessante trazermos para a reflexão uma problemática que diz respeito à prática em discussão, como atividade que ocorre em espaços comunitários de ação social, especialmente, nesse momento, em que os sujeitos estão passando por uma Pandemia e estão precisando tomar os devidos cuidados para preservação da própria saúde e da saúde dos outros, por meio de distanciamento e isolamento social.

Verificamos, nesse cenário, de certa forma, a fragilidade da aplicação da Biodanza nesse momento pandêmico, uma vez que ela é vivencial - é o olhar, o ouvir, o sentir, o tocar, o abraçar. É expressão da própria corporeidade saudável, em movimento com o outro. Mesmo com a flexibilidade sanitária adotada pelos decretos municipais e estaduais, algumas pessoas ainda sentem-se inseguras em voltar a participar das aulas de Biodanza, que aos poucos, estão voltando timidamente, de forma vivencial, nos espaços sociais de atenção básica e de cuidados.

A impossibilidade do contato, digamos mais ostensivo, para vivenciar cada experiência torna-se um problema. Os seus

efeitos terapêuticos acontecem a nível fisiológico e biológico, pois envolvem mecanismos mais profundos da essência do ser, sendo o contato afetivo, as carícias fundamentais ao movimento de cuidado com vistas na manutenção da saúde.

Toro (2008), partindo dos estudos de Spitz, trouxe para a concepção teórica Biodanza, a importância desses estudos, uma vez que este estudou o Hospitalismo e formulou uma investigação relacionada ao aspecto emocional, afetivo, do desenvolvimento do bebê. A sua conclusão denotou que os bebês que têm nutrição emocional e afetiva têm maior desenvolvimento cognitivo, e os que não fazem parte dessa realidade, apresentam um significativo déficit de desenvolvimento.

Esse estudo é fundamental para a Biodanza porque nos revela que o contato e a carícia têm efeitos terapêuticos profundos e estimulam o desenvolvimento neurológico. Se o bebê não for amado, o seu desenvolvimento neurológico será afetado gravemente. Um olhar de humanização, de amor, com uma função maternal cria um diálogo hormonal. Nesse sentido, Winnicott (1958, apud ANDRIEU, 2015, p. 27) nos fala sobre o primeiro ambiente da criança. Ele surge “como suporte confiável”, que:

se forma através dos cuidados físicos que lhe são fornecidos, a maneira pela qual a mãe apoia o corpo de seu bebê, segurando-lhe a cabeça de uma forma que ele possa experimentar a segurança. Podemos mesmo dizer que o holding constitui um conjunto de técnicas corporais que a mãe prega sobre o corpo do bebê, conduzindo-lhe progressivamente ao encontro da confiança e de sua autonomia corporal.

Para Toro (1991), “o contato corporal [...] corresponde a uma necessidade”. E essa necessidade nata de contato do ser humano, em Biodanza, se concretiza através da regressão, do contato e da carícia, diferenciando-se de outras práticas terapêuticas. Os mecanismos de ação fundamentais da Biodanza são a regressão e a reparentalização pelo contato e pela carícia. A reparentalização, nessa prática integrativa, está ligada às protovivências e cuidado do campo, para que todo este movimento existencial aconteça. É decidir “nascer de novo”, dentro de um contexto de amor e de cuidado, de atenção, do conforto em sermos acolhidos.

Esse conceito ajuda a percebermos a importância dos primeiros meses/três anos da criança que contribuirão profundamente para o seu desenvolvimento futuro, pois, percebemos que:

A base para as aprendizagens humanas está na primeira infância. Entre o primeiro e terceiro ano de idade a qualidade de vida de uma criança tem muita influência em seu desenvolvimento futuro e ainda pode ser determinante em relação às contribuições que, quando adulta, oferecerá à sociedade. Caso esta fase ainda inclua suporte para os demais desenvolvimentos, como habilidades motoras, adaptativos, crescimento cognitivo, aspectos socioemocionais e desenvolvimento da linguagem, as relações sociais e a vida escolar da criança serão bem sucedidas e fortalecidas. (PICCININ, 2012, p. 38)

Desse modo, a criança será, aos poucos, inserida em processos educativos, chegando a variados espaços onde aprenderá com os demais pares e com os adultos, porque ela poderá aprender em vários contextos: família, clubes,

igrejas, escolas, principalmente as que acessam a escola com regularidade desde a infância, pois, como sabemos, nem todas têm as mesmas oportunidades e nem um bom acompanhamento dos seus familiares quando se trata de aprendizagem escolar. A realidade quanto ao tempo, acesso, acompanhamento dos adultos não é igual para todas as crianças.

Então, ao serem disponibilizadas oportunidades de vivências como a Biodança, em um entrelaçamento educativo, bebendo na fonte da Educação popular, muito pode ser realizado com os participantes da busca de autonomia. Assim, surge quebra de paradigmas nos caminhos que precisam ser trilhados, apoiados pelo sujeito mediador, que somente a partir da “postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócios-históricos-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia” (FREIRE, 2016, p. 7), nos encontros, onde segue percebendo as particularidades desses participantes. Aí, eles se descobrem e se percebem importantes seres geradores de possibilidades que integram um todo.

A partir desse casamento da Biodança com a Educação Popular o acolhimento do ser ocorre dentro de um processo humano, vinculado, onde há o sentimento de pertencimento ao todo, em uma realidade de conflitos e dores, necessidades particulares, mas que são comuns ao ser humano e pulsam no corpo, em alguns casos, desejosas de serem liberadas, onde cedo ou tarde poderão ser aliviadas a partir do encontro consigo e com o outro, porque “por jamais voltar ao corpo da mãe, somos precipitados em direção ao outro” (ANDRIEU, 2015, p. 27).

Nesse sentido, percebemos que a Educação Popular tem contribuições importantes no que diz respeito à transformação do ser humano. Ela tem efeito mobilizador no direito das pessoas ao conhecimento, autonomia, mobilização, articulação social

e comunitária, no direito a uma educação de qualidade, saúde e bem-estar. Desse modo, observamos que, mesmo diante das fragilidades apresentadas na ação da Biodanza e na Educação Popular em espaços sociais e comunitários, em tempos remotos de Pandemia, estão sendo buscadas maneiras de melhor dar continuidade ao trabalho de cuidado, amorosidade e respeito ao ser humano nos aspectos da vida em sua inteireza.

Considerações Finais

Dançar a vida em tempos caóticos é um “ato subversivo” (TORO, 1991), um ato de cuidado e amorosidade à vida. Na sociedade ante-vida, ainda reverberam os reflexos de uma cultura cartesiana, dicotômica, dualista, opressora e desigual. No mundo globalizado, em meio às incertezas e desafios enfrentados pelos sujeitos, entendemos a urgência de ações mais assertivas para uma educação provida, na qual os referidos sujeitos possam desenvolver suas potencialidades bem como o autoconhecimento, a autonomia, e o despertar da própria consciência.

O trabalho da Biodanza é campo vasto e profundo, nele, desenvolvem-se Projetos de extensão e a aplicabilidade é realizada em âmbito também de aprofundamento e radicalização das vivências, considerando a progressividade. É quando a mudança começa a partir de cada sujeito, quebrando os velhos paradigmas que reforçam posturas e estilos ante-vida. Toro (1991) afirma que devemos enfrentar o “Minotauro” interior, para que possamos nos libertarmos das amarras que criamos para nós e chegarmos a nos transformar e transcender.

Com vistas na Biodanza e na Educação Popular, como campos da Ciência, nos deparamos com princípios próprios e

que convergem nas ações sociais articuladas, no que diz respeito à promoção de vida humana saudável e ao exercício pleno da cidadania. Desse modo, ambas têm condições de criarem, junto ao ser humano, possibilidades de cuidado, construção de conhecimento e de fortalecimento de vínculos. Sendo assim, esse ser terá a oportunidade de encontrar dentro de si a força, o equilíbrio e a harmonia de seus corpos.

Referências

ANDRIEU, B. **No corpo de minha mãe: método emersivo**. Natal - RN: Editora IFRN, 2015.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano - Compaixão pela Terra**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2017.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora**. São Paulo - SP: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **Portaria Nº 849, de 27 de março de 2017**. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à PNPIC, 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/prt_849_27_3_2017.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

BRASIL. **O que é saúde**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Temas transversais - Saúde. Secretaria de Educação Fundamental. Vol. 10,4. 2018. p. 249. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em: 05 mai. 2022.

CAPRA, F. A. **A Teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo - SP: Cultrix, 1997.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRUZ, P. J. S. C.; MELO NETO, J. F. de. (Org.). **Extensão popular: educação e pesquisa.** João Pessoa - PB: Editora do CCTA, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **De sonhação a vida é feita, com crença e luta o ser se faz:** roteiros para refletir brincando: outras razões possíveis na produção de conhecimento e saúde sob a ótica da educação popular. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 252 p.

FERREIRA, M. A. P. **A Biodanza na percepção das mulheres: um encontro com a espiritualidade e a saúde.** 2019. 120fls. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - PB, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Rio de Janeiro - RJ: Vozes, 2009.

FRANKL, V. E. **Em busca do sentido: um psicólogo no campo de concentração.** (Tradução: Walter Schupp e Carlos Aveline). 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta.** Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 54. ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 35. ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo - SP: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo - SP: Moraes, 1980.

FREIRE, P.; SHOR, Ira. **Medo e ousadia** - O cotidiano do professor. (Tradução de Adriana Lopez. Revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira). 10. ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1986.

HEIDEGGER, M. **O conceito de tempo**. (Tradução de Marco Aurélio Werle). São Paulo - SP: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 1997.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **El árbol del conocimiento**: las bases biológicas del conocimiento. Madrid: Editorial Debate, 1990.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo - SP: Hucitec, 2010.

MORIN, E. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo - SP: Cortez, 2001.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MORIN, E.; MOIGNE, J. L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo - SP: Petrópolis, 2000.

PICCININ, P. V. **A intencionalidade do trabalho docente com as crianças de zero a três anos na perspectiva histórico-cultural**. Artigo (Pedagogia). Grupo de Trabalho - Educação da Infância. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012. Disponível

em: https://educ_ere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8629_4560.pdf.
Acesso em: 07 mai. 2022.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 14. ed. São Paulo - SP: Atlas, 2012.

TORO, R. **Biodanza**. 2. ed. São Paulo - SP: Editora Olavobrás, 2005.

TORO, R. **Aspectos psicológicos**. Apostilas da Formação de Biodanza. João Pessoa - PB, 2008.

TORO, R. **Teoria da Biodanza - coletânea de textos**. Tomos, volume I e II. Fortaleza: Editora ALAB. 1991.

TORO, V.; TERRÉN, R. **Biodanza: Poética del encuentro**. Buenos Aires: Lumen, 2008.

VASCONCELOS, E. M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, E. M.; FROTA, L. H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de Saúde**. São Paulo - SP: Hucitec, 2006. p. 265-308.

REDE NACIONAL DE COMUNIDADES SAUDÁVEIS: UM MOVIMENTO EM CONSTRUÇÃO COM O CENTRO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

Katia Edmundo⁵

Wanda Guimarães⁶

Juliana Reiche⁷

Isabelle Aguiar⁸

Introdução

Nas favelas e periferias brasileiras, evidenciam-se os desafios frente à desigualdade social que persiste e se acentua no contexto nacional. Problemas como a alta densidade domiciliar, o acesso inadequado a água e saneamento, o descarte inadequado de resíduos, a violência urbana e doméstica, as limitações econômicas, a insegurança alimentar, a moradia inadequada, as violações de direitos em saúde, educação e mais amplamente proteção social dentre outros fatores evidenciados por estudos quantitativos e qualitativos, exigem políticas públicas específicas (CARMO e GUIZARDI, 2018). Tais políticas que quando chegam, o fazem de modo insuficiente e muitas vezes inadequado, além de, em geral, tardarem muito a chegar. Muitas políticas por sua vez, sequer alcançam os territórios, são inexistentes, demonstrando uma perspectiva de baixo investimento por parte do poder

-
- 5 Diretora Executiva_CEDAPS (Centro de Promoção da Saúde); Programa de Pós-graduação em Saúde da Família (PPGSF/UNESA).
 - 6 Coordenadora Geral Frente Prevenção e Cuidado_ CEDAPS (Centro de Promoção da Saúde)
 - 7 Assessora Técnica Frente Prevenção e Cuidado_CEDAPS (Centro de Promoção da Saúde)
 - 8 Assistente de Projetos Frente Prevenção e Cuidado_CEDAPS (Centro de Promoção da Saúde)

público, ou em outra perspectiva, revelam um explícito processo de descarte e necropolítica (MBEMBE, 2018) como tem sido amplamente debatido em espaços acadêmicos e no âmbito dos movimentos sociais.

Este Relato de experiência parte do reconhecimento de que se evidenciam as lacunas do acesso a direitos e políticas públicas nos territórios populares, configurados como *contextos de vulnerabilidade* (CARMO e GUIZARDI, 2018) mas destaca-se a presença de um conjunto de iniciativas comunitárias de prevenção e promoção da saúde que historicamente se organizam frente às vulnerabilidades e determinantes sociais da saúde em seus territórios de moradia – denominada Rede Nacional de Comunidades Saudáveis (RNCS). Em uma cooperação horizontal, o Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS), organização da sociedade civil que atua desde 1992 estabeleceu uma parceria colaborativa com os movimentos presentes em favelas e periferias, originalmente do Rio de Janeiro, e fomentou e assessora a RNCS desde seu lançamento em 2005. Em movimento espiral de crescimento e ampliação, outras iniciativas foram sendo incorporadas, potencializando ainda mais o movimento na perspectiva dos territórios saudáveis e sustentáveis.

RNCS: marcos fundantes e perfis da composição

A Rede Nacional de Comunidades Saudáveis (RNCS) atualmente está composta por 216 organizações de base comunitária, localizadas em 09 estados e 15 municípios brasileiros, com predominância na região metropolitana do Rio de Janeiro, conforme o quadro a seguir:

Estado	Município(s)	Favela(s)
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Arará, Mangueira, Gamboa, Benfica, Morro dos Prazeres, Parque Horácio, Quinta do Caju, Rio Comprido, Tuiuti, Dona Marta, Rocinha, Chapéu Mangueira, Morro do Cabrito, Vidigal, Borel, Macacos, Complexo do Alemão, Nova Brasília, Complexo da Penha, Mineiros, Maré, Morro da Fé, Praia da Rosa, Vila Joaniza, Manguinhos, Jacarezinho, Vigário Geral, Morro do Adeus, Vila Cruzeiro, Cachoeirinha, Cotia, Urubu, Fumacê, Cascadura, Irajá, Vista Alegre, Cidade de Deus, Mato Alto, Praça Seca, Rio das Pedras, Vila Kennedy, Batan, Vila Vintém, Vila Aliança, 29 de Março, Inhoaíba, Santa Margarida, Quitungo, Santa Margarida, Barro Vermelho, Vila Ieda II, Senador Vasconcelos, Saquassú.

Rio de Janeiro	Belford Roxo	Nova Aurora
Rio de Janeiro	Duque de Caxias	Parque Lafaiete, Parque Paulista, Jardim Gramacho, Jardim Olavo Bilac.
Rio de Janeiro	Mesquita	Jacutinga e Cosmorama
Rio de Janeiro	São Gonçalo	Monjolos
Rio de Janeiro	São João de Meriti	Vila Tiradentes
Rio de Janeiro	São Pedro da Aldeia	Boqueirão
Rio de Janeiro	Magé	Nova Marília, Piabetá, Mundo Novo Japonês-Guarani, Fragoso, Novo Roncador, Parque Estrela.
Bahia	Salvador	Liberdade, Santa Luzia do Lobato, Pau Miúdo, Calabar, Fazenda Coutos III, Praia Grande - Ilha de Maré, Carmo, Loteamento Vila Mar, Campo Grande, São Thomé de Paripe, Tubarão, Engenho Velho da Federação, Uruguai, Saramandaia.
Minas Gerais	Belo Horizonte	Quilombo Mangueira
São Paulo	São Paulo	Parque Grajaú
Alagoas	Maceió	Benedito Bentes
Goiás	Aragarças	Aldeia Aruanã
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Restinga, Sarandi, Maria da Conceição

Pará	Belém	Boa Esperança/ Marajó
Rio Grande do Norte	Natal	Mãe Luiza

*Fonte: elaborada pelas autoras

O movimento foi fundado formalmente em 2005 pela organização da sociedade civil Centro de Promoção da Saúde e seus parceiros governamentais e não governamentais. Inicialmente a Rede se localizou no Rio de Janeiro contando com a participação de 61 representantes comunitários. Esta iniciativa está baseada no Movimento “Cidade Saudável” que surgiu no Canadá, em 1978. (SILVEIRA, CARMEN BEATRIZ et al, 2014) um movimento em que linhas de ação política, social e de desenvolvimento comunitário foram estabelecidas como resposta aos problemas mais importantes em saúde pública e que deveriam ser enfrentados, coletivamente. No Brasil, a OPAS - Organização Panamericana de Saúde contribuiu para a disseminação de iniciativas brasileira no início dos anos 2000.

A RCNS foi assim denominada por considerar a saúde como uma construção social (e pessoal) pautada pelo enfrentamento dos determinantes sociais da saúde e pela promoção da melhor qualidade de vida e do desenvolvimento local. Trata-se de uma denominação positiva para fins de reconhecimento dos desafios, por um lado, e das potencialidades dos diferentes atores sociais, por outro, ainda que submetidos a fatores de vulnerabilidades de modo convergente nos seus territórios de moradia. (BONATTO, 2016)

A composição da RNCS demonstra a pluralidade dos tipos de organizações presentes nas favelas e periferias, conforme o quadro a seguir:

Quadro II: RNCS: Tipos e quantitativos de Associações e Iniciativas

Tipo de Associações	Breve descrição	Quantitativo	Percentual
Associações de Mulheres	Associações existentes compostas por mulheres, em geral, criadas em complementação a ações de “associações de moradores”, originalmente mais masculinas, etc	69	33%
Associação de Moradores	Associação de Moradores é a união de pessoas que moram em uma comunidade que atuam como mediadores entre os próprios moradores e também com os órgãos públicos, a fim de melhorar a infraestrutura do território.	33	15%

Grupos e iniciativas	Moradores e moradoras de uma determinada comunidade, que se destaca por vontade própria a trabalhar e realizar atividades culturais, de entretenimento, saúde, esporte e/ou lazer e buscam a melhoria das condições de vida de sua localidade.	114	52%
----------------------	--	-----	-----

*Fonte: elaborada pelas autoras

Em territórios populares evidencia-se muitas vezes, uma ausência da sociedade civil organizada que gera dificuldades para o diálogo político e, em especial, a realização de uma incidência política mais direcionada e capaz de fazer frente às lacunas identificadas. Considerando os contextos de territórios populares, com as favelas, vilas, periferias em geral, a organização estava pautada por “associações de moradores” que funcionam como “espaços locais de administração” frente ao distanciamento com os órgãos públicos competentes, criando uma “subdimensão” na estrutura organizacional no que se refere a títulos de propriedade, organização e limpeza das ruas, acesso a água, saneamento, dentre outros temas mais específicos da habitação e saneamento. Muitas destas associações também se organizam para fazer frente às demais temáticas sociais e de saúde. Outro formato associativo também presente diz respeito

às “associações de mulheres”, que no contexto do Rio de Janeiro, em especial, se organizam para gerar uma diferenciação entre as causas sociais que enfrentam. Uma infinidade de outros formatos coletivos também emerge na cena comunitária como “Grupos e iniciativas” diversas, algumas formais e outras informais, marcadas por motivações pessoais e pequenos coletivos que incidem sobre temas desafiadores do território.

Funcionamento: Democracia em exercício

O funcionamento da RNCS é aberto, democrático e não institucionalizado. Funciona a partir de livre adesão a [Carta de Princípios](#) e compartilhamento de princípios comuns, que são:

- i. Ser uma organização e/ou iniciativa localizada em favelas, periferias, quilombos e aldeias indígenas;
- i. Atuarem em benefício coletivo e em especial para a promoção da saúde e do desenvolvimento local;
- i. Ter compromisso com seus pares, vizinhos e familiares dado que se constituem em locais de moradia nos quais os laços de vizinhança e vivência da cultura local predominam e;
- i. Ser composta por iniciativas oriundas e localizadas em territórios vulneráveis de cidades brasileiras, marcas concretas da desigualdade e cuja intervenção prioritária concorre para a redução das desigualdades, essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Cooperação CEDAPS: Assessorias técnicas e comunitárias

O Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS) por meio de sua área de Prevenção e Cuidado coopera tecnicamente para o desenvolvimento e autonomia das associações, grupos e iniciativas locais. Estas “*assessorias técnicas e comunitárias*” se constituem em:

- Apoio para elaboração de projetos e planos de ação,
- Sistematização de estratégias comunitárias,
- Elaboração de documentos, incentivo à participação em espaços de controle social, dentre outras, a partir das demandas apresentadas.
-

A “assessoria” se estrutura por meio de uma equipe técnica que está em diálogo permanente com as lideranças e ativistas sociais da RNCS na construção compartilhada das ações que se materializam nos territórios.

Em diferentes locais, as iniciativas existem, se organizam e constroem suas agendas de solidariedade e atuação cidadã e política.

Mapa Falante: registro e visibilidade

O CEDAPS desenvolve “mapas falantes” com a finalidade de explorar as potencialidades dos mapas digitais para este fim. Por meio de uma base digital é possível conhecer as organizações e iniciativas comunitárias e as estratégias.

Tais sistematizações são fundamentais para garantir o reconhecimento e a disseminação das iniciativas presentes

nas favelas e periferias e pode ser visualizado em ambientes virtuais de livre acesso.

Construção Compartilhada de Soluções Locais: população-participante e formação-ação

A metodologia **Construção Compartilhada de Soluções Locais** se caracteriza por ser uma tecnologia social voltada ao diagnóstico, planejamento e avaliação participativa, que envolve moradores, profissionais e organizações comunitárias em autores de planos locais de ação. É resultado do compartilhamento de ideias e técnicas participativas, assim como práticas consolidadas ao longo dos anos de experiência do CEDAPS. A organização direciona seu trabalho para a participação social e o desenvolvimento de comunidades populares, buscando a construção de uma sociedade saudável e equitativa. Atua de modo a fortalecer cada uma das iniciativas, grupos e organizações comunitárias, através de capacitação, instrumentalização, sistematização das ações, encontros e trocas de experiências; reforçar as capacidades deste movimento social para defesa do direito à saúde e para negociação de programas e políticas públicas saudáveis para seus territórios; aumentar a visibilidade das ações positivas e saudáveis realizadas com a participação de integrantes da RNCS.

O processo de **formação-ação** composto por uma série de oficinas participativas estimula que toda ação seja desenvolvida em rede, potencializando a troca de experiências, atividades conjuntas de *advocacy* e comunicação, aumentando desta forma, o poder político do coletivo para obter melhores recursos e influenciar políticas públicas. O percurso formativo e de assessoria horizontal reforça o quanto as populações

diretamente afetadas devem ser parte integrante da solução dos problemas identificados, sendo estimulados e assessorados para o desenvolvimento de ações sociais diversas, potencializando seus próprios recursos, sem perder de vista a centralidade dos direitos sociais, sobretudo, o direito humano à saúde, e a centralidade do desenvolvimento de políticas públicas com garantia de acesso universal e equitativo aos bens coletivos e direitos conquistados.

A **participação qualificada da comunidade** no que se refere ao controle e à gestão participativa e democrática das políticas, como preconizado pelos ideários do Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta-se como uma diretriz fundamental da RNCS e do CEDAPS e se estende até os moradores envolvidos pelas práticas e estratégias comunitárias. Alguns pressupostos contidos na Política Nacional de Educação Popular e Saúde veem-se materializados nos diferentes territórios populares. O quadro a seguir contempla uma série de iniciativas territoriais que se configuram como “promotoras da saúde” na medida em que “capacitam as comunidades para escolhas saudáveis e bem informadas” como preconiza a Carta de Ottawa (OMS, 1986) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (BRASIL, 2014). Bem como estão apoiadas no reconhecimento da cultura local como ponto de partida e insumo essencial para a construção de um conhecimento significativo, que faça sentido, para o cotidiano da vida nas comunidades e para as relações interpessoais estabelecidas.

Estratégias frente a desafios presentes nos territórios:
das IST e HIV à pandemia da COVID-19

Diante da falta de ações governamentais para esses territórios, grupos e iniciativas se organizam e criam alternativas solidárias de enfrentamento aos diferentes agravos e desafios.

Como parte do processo histórico de mobilização da RNCS encontra-se o desenvolvimento de ações frente às IST/HIV/AIDS e das patologias correlacionadas como a tuberculose. Foram inúmeras as estratégias criadas e reaplicadas nos territórios populares.

Quadro III: RNCS e suas estratégias comunitárias

Estratégia	Breve descrição
Camelo Educativo	Uma estratégia itinerante de multiplicação de informações diversas nos territórios: direitos sociais, doenças transmissíveis e não transmissíveis, temas como gravidez na adolescência, violência contra meninas e mulheres, diversidade, saúde do homem, saúde mental e etc. Utilizam materiais informativos, álbuns seriados, cartazes e próteses educativas. O objetivo é aproximar, envolver e chamar a atenção dos moradores para o acesso a informação qualificada além de insumos, sempre que necessário e disponível.
Dispenser de Garrafa Pet	Uma dupla mensagem é transmitida_ sustentabilidade e saúde: reaproveitamento de materiais recicláveis criando novas utilidades e acesse o insumo de prevenção das IST/HIV e gravidez não planejada. A garrafa pet pode ser personalizada e instalada em escolas, associações, bares, salões de beleza, lojas, comércios, biroskas e demais espaços da Comunidade.
Africanizando a prevenção e promoção da saúde	A cultura negra (arte, música, artesanato, danças) aliada a promoção da saúde é uma excelente estratégia para alcançar as pessoas promovendo informação, debate antirracista e valorização da cultura africana. Valorizar a história de luta e resistência dos grupos afrodescendentes e abrir espaços para o autocuidado e a promoção da saúde das pessoas, famílias e territórios a partir do reconhecimento do corpo e suas potencialidades.

Gato do Camisão	A confecção de uma fantasia de camisinha é uma forma simples e concreta de chamar atenção para o tema, se relacionando com o imaginário da população de modo divertido e ao mesmo tempo informativo em que a sexualidade é uma manifestação humana fundamental e valorizando a diversidade, reduzindo o estigma e a discriminação apoiada no machismo e na homofobia.
Carrinho de Mão	A construção civil (familiar ou profissional) está amplamente presente em territórios populares. Esta estratégia partiu da ideia de transportar informativos e insumos de prevenção (preservativos, etc.) para o maior número de pessoas com mais agilidade e ao mesmo tempo ativando códigos locais que mobilizem a atenção do coletivo. Em termos práticos, utilizando o carrinho de mão, moradores recebem o preservativo interno e externo de uma forma lúdico e rápida, gerando interesse e ampliando o acesso.
Mala da Prevenção	Salas de espera de unidades de saúde, escolas, eventos diversos são cenários perfeitos para uma demonstração de possibilidades de materiais educativos. Uma mala cor de rosa (ou de muitas outras cores), decoradas com motivos bem bonitos e atraentes encontra-se cheia de materiais informativos. A diversão é garantida com a encenação e a chegada da mala. De rodinhas ou não, chega e ao abrir envolve a todos os presentes com o tema da prevenção. Os moradores que a carregam, inventam diferentes diálogos e se comunicam livremente com os participantes. Uma dramatização potente para mobilização dos territórios.

Conversas em igrejas evangélicas	Em igrejas, cultos e encontros evangélicos, a denominada “palavra do evangelho” pode ser resignificada e auxiliar na prevenção e no aumento das habilidades pessoais frente às doenças e agravos. Podem ser criados cartões e cartazes em que aspectos referentes ao autocuidado e o cuidado com o outro sejam ressaltados. A estratégia aproveita os finais dos encontros religiosos para conversar com as mulheres evangélicas sobre saúde da mulher, saúde sexual e reprodutiva. Apresentar às mulheres informações sobre o seu direito reprodutivo é fundamental. Assim, decidir livremente o número de filhos que desejam ter, sobre o espaçamento dos nascimentos e sobre o momento de ter um filho é essencial para que elas conheçam seus direitos reprodutivos e tenham autonomia nas suas decisões, tendo também acesso às informações e aos meios de contracepção..
Pipoca da Prevenção	A campanha faz alusão aos foliões da pipoca e também aos carrinhos de pipoca, que são comuns nos territórios, em festas públicas, em grandes eventos e em locais de socialização. “Um dos objetivos da campanha é voltar a levar a temática da prevenção para as ruas, mobilizando ativistas locais e divulgando às pessoas que o preservativo está disponível e que elas podem ter acesso gratuito e livre às camisinhas masculina e feminina da mesma forma como têm acesso para brincar na pipoca do carnaval”
Varal da Prevenção	Varal da Prevenção é a estratégia que foi muito utilizada em tempos de pandemia da Covid-19, diminuindo o contato físico e aglomerações, mas sem deixar de distribuir camisinhas para comunidade. As camisinhas são penduradas em varais de roupa que ficam disponíveis em espaços públicos para que as pessoas possam pegar, dando liberdade e evitando qualquer tipo de constrangimento e aglomerações.

Buzinaço	Buzinaço é um termo adotado para representar uma manifestação popular com o uso de buzinas em forma de protesto. A ideia do buzinaço veio para fazer uma movimentação incentivando o autocuidado além de debate sobre temas como violência contra meninas e mulheres e outros temas transversais.
Café no Ponto	Quem nunca saiu atrasado de casa e deixou de tomar o café da manhã? Pois é! Pensando foi desenvolvida a estratégia do Café no Ponto, sendo utilizada para sensibilizar os moradores enquanto aguardam o ônibus no ponto. Podendo desfrutar de um delicioso café quentinho com muitas informações. Materiais educativos, insumos de prevenção e divulgação de diferentes ações educativas são realizadas de modo lúdico e acolhedor.
Arte/Grafite e Informação	A arte do grafite como fonte de informação e memória, nos acompanha em todos os períodos históricos, a estratégia nos muros busca sensibilizar sobre temas variados. O Grafite assumiu um papel expressivo na conjuntura social, como objeto informativo, capaz de influenciar a produção de conhecimento dos indivíduos. Outras expressões e manifestações urbanas podem ser igualmente aplicadas.

Fonte: Elaborada pelas autoras

Frente ao desafio da COVID-19 em 2020, foram múltiplas as ações implementadas pela RNCS, tais como: Ajuda humanitária: identificação e alcance de famílias mais vulneráveis nas favelas e periferias - acesso a alimentação, materiais de limpeza e higiene; Apoio comunitário para Educação – crianças, adolescentes e jovens sem acesso à escola; Suporte motivacional, emocional e de estrutura familiar para continuidade dos estudos; Soluções para limitações no acesso à internet e ao material para continuidade dos estudos; Apoio emocional e Direitos Humanos - Identificação e divulgação de serviços e profissionais de apoio psicossocial online para ativistas e moradores com dores emocionais intensificadas em face ao medo, angústia e

depressão diante do distanciamento social; Articulação para acesso a direitos sociais – Facilitação do acesso a renda básica pois são muitos os desafios para o acesso ao auxílio emergencial por conta da burocracia e de problemas com documentação; Articulação com a Atenção Básica (SUS) – Para além de atuar frente aos sintomáticos respiratórios garantir as demais linhas de cuidado: crianças, gestantes, doenças crônicas, transtornos mentais, idosos; Circulação de mensagem baseadas na ciência, mas que façam sentido no contexto social como multiplicadores e reeditores do conhecimento (Comunicação popular)

As estratégias apoiam-se na premissa de que: *“Apesar dos desafios dentro das favelas existe coletividade, solidariedade, apoio entre pares e muito amor”*. (RNCS – Rio de Janeiro)

Em linhas gerais, importante avançar considerando 03 diretrizes essenciais:

(I) articulação com políticas públicas (controle e participação social) ativas por meio da organização de iniciativas e movimentos sociais em instâncias políticas;

(II) O cuidado e a prevenção como um direito, na perspectiva da promoção da saúde, reforçando a *ampliação das oportunidades e o acesso a informações e insumos para tomadas de decisão individuais e coletivas – fortalecimento político*.

(III) O reforço a capilaridade da informação científica e da pedagogia da prevenção por meio da *disseminação e reedição de informações para prevenção no dia-a-dia dos territórios por meio de ações entre vizinhos e familiares*.

Considerações finais

A RNCS teve sua origem fomentada pelo enfrentamento de grupos populares a doenças transmissíveis, em especial, o HIV/Aids. Com o avanço do processo de mobilização social foi

possível compreender que a causa da ‘saúde’ representa uma possibilidade e uma oportunidade para que novas agendas sejam construídas. Este movimento gera sinergias entre as organizações (e iniciativas informais) na perspectiva de construção de uma pauta mais efetiva. As desigualdades sociais estão ainda mais acentuadas, mas as resistências também se evidenciam e podem ser ativadas neste processo de transformação social que se faz necessária. Esta experiência está inscrita no campo da educação popular em saúde, mediada por metodologias participativas e na construção de territórios Saudáveis e Sustentáveis com foco em contextos vulnerabilizados porém potentes e dotados de resistências positivas.

REFERÊNCIAS

CARMO, M. E., GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cad. Saúde Pública, 2018. In: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt>

CORBURN, J., *et al.* (2020) Slum Health: Arresting COVID-19 and Improving Well-Being in Urban Informal Settlements. *Journal of Urban Health*. doi.org/10.1007/s11524-020-00438-6. In <https://link.springer.com/article/10.1007/s11524-020-00438-6>

EDMUNDO, K. Políticas de Prevenção: a prevenção como um direito in Dimensões Sociais e Políticas da Prevenção. ABIA. 2018 in http://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Publicacao_dimensoes-sociais-e-politicas-da-prevencao.pdf

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. », *Horizontes Antropológicos*, 55 | -1, 367-371.

SILVEIRA, CB., FERNANDES, TM., and PELLEGRINI, B. comps. Cidades saudáveis? Alguns olhares sobre o tema [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014, 330 p. ISBN: 978-85-7541-529-0. <https://doi.org/10.7476/9788575415290>.

PARKER, R. (org). PEDAGOGIA DA PREVENÇÃO: Reinventando a prevenção do HIV no século XXI. ABIA, 2015. Acessível em: http://abiids.org.br/wpcontent/uploads/2015/11/PolicyBrief_portugues_jan2016.pdf

AGROECOLOGIA E RESISTÊNCIA: OS SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO PADRE GINO

Alessandra de Oliveira Silva

Maria de Fátima Melo do Nascimento

Maurício Sardá de Faria

O ABC do camponês

*A tua liberdade, camponês, depende da tua união.
A tua união depende da tua vontade. E a tua vontade depende da tua
necessidade.*

Porque a necessidade cria a vontade.

A vontade cria a união. E a união cria a liberdade.

*Quem tem liberdade tem o trabalho. E quem ama o trabalho merece a
terra.*

*Porque a terra deve ser de quem nela trabalha. Terra é sossego, é paz, é
pão, é água, é casa, é agasalho, é escola, é saúde e é vida.*

[...]

*Um padre, a quem muito respeito pela sua bondade, já me disse: “Deus
deixou a terra para todos, mas os sabidos tomaram conta dela”.*

*Isso é mais certo que beijo de bode. Que é preciso fazer para ganhar um
pedaço de terra?*

*A reunião de todos os que não têm terra. Essa união pode ser feita porque
depende da vontade de cada um.*

*Essa vontade existe porque é filha da necessidade. E a necessidade é coisa
que todo mundo sente.*

(Francisco Julião)

INTRODUÇÃO

Histórias de assentamentos, geralmente, trazem marcas de luta, que envolvem disputas, violência e até morte, em suas origens ou permanentemente. Trazem-nos a clara percepção de como a questão agrária no Brasil é muito delicada, haja vista que está relacionada às estruturas de poder, às relações capitalistas, nas quais está em jogo a propriedade da terra, como também uma mercadoria de realização dos lucros.

No Brasil, a relação com a propriedade da terra tem se desenvolvido ao longo da história, desde a chegada dos portugueses, com a posse de todo o território pela monarquia portuguesa, estabelecendo unidades produtoras de matérias-primas, valorizadas nos centros europeus de comércio; inicialmente, com a produção do açúcar, no século XVI.

A colonização deixou traços que se perpetuam no país até os dias atuais. Um exemplo disso ocorre na região nordeste e, mais especificamente, no estado da Paraíba. O modelo adotado na época perdura na contemporaneidade, com as grandes fazendas, com o predomínio do plantio de uma única cultura de grande valor comercial e condições de trabalho precárias e, muitas vezes, análogas à escravidão.

Em denúncia às condições sociais e à violência no campo, temos a emergência dos movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra⁹ e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST¹⁰, ambos surgiram, respectivamente, nas

9 A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Goiânia (Goiás). Foi fundada, em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo, na Amazônia, explorados pelo seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico> > Acesso em: 26 set. 2018.

10 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu em 20 de janeiro

décadas de 1970 e 1980, sendo reconhecidos como os dois maiores movimentos em favor da luta e posse por terras, pela população rural excluída, herdando o legado das lutas das Ligas Camponesas¹¹, que tinham sido duramente aniquiladas com a instituição dos governos militares, iniciados em 1964.

Dentro dos movimentos significativos, que marcam a história das lutas populares na Paraíba, citamos a Liga Camponesa do município de Sapé, que surge nos finais da década de 1950 e, no seu apogeu, chegou a contar com 12 mil associados, tendo como principal liderança João Pedro Teixeira, assassinado em 1962 (ALVES, 2017; MORAIS, 2012). Nesse sentido,

Já na Paraíba, o grande expoente da luta e resistência vai ser a Liga Camponesa de Sapé, na liderança do camponês João Pedro Teixeira [...] de acordo com Aued (1986) a criação da liga na zona rural da cidade de Sapé, mas especificamente no quintal da casa de João Pedro não durou muito tempo, sendo extinta em seguida – reaparecendo em 1958 com um novo perfil, agora como movimento institucionalizado. Essa

de 1984, durante o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra em Cascavel, Paraná. Fundado por posseiros, atingidos por barragens, meeiros, migrantes, parceiros, pequenos agricultores, trabalhadores sem terra que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Expulsos por um projeto [...] que anunciava a “modernização” no campo, quando, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxico e a mecanização, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/historia/> >. Acesso em 26 set. 2018.

- 11 O principal movimento camponês, desde o período da década de 1960, foram as Ligas Camponesas. Nascidas no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão/PE, as Ligas herdavam o nome de uma experiência anterior de organização dos camponeses, na década de 1940. Estimuladas pelo PCB [...], a proposta das Ligas Camponesas está em defender uma reforma agrária radical [...]. A palavra de ordem era “Reforma agrária, na lei ou na marra”. STEDILE, Miguel Enrique. Levantados do chão: questão agrária e a organização dos camponeses na luta pela terra. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Laís (Orgs.). *Questão Agrária, cooperação e agroecologia*. 2. ed. São Paulo. Outras Expressões, 2016.

vestimenta de legalidade garantiu não só a sobrevivência da liga diante das ameaças dos proprietários de terra, mas sobretudo o fortalecimento do movimento que conseguiu mobilizar cada vez mais o número de pessoas a aderirem a luta contra os desmandos dos latifundiários e por melhores condições de trabalho (ALVES, 2017, p. 4).

Muito embora as lutas no campo tenham sido marcadas por conflitos, mortes de líderes camponeses, expulsão, entre outros, o camponês permanece resistindo e se organizando para o alcance de seus objetivos, ressurgindo em diversos momentos no cenário brasileiro, expondo suas causas e a negação constante de seus direitos.

Atualmente, as relações no campo se dão pelo modelo hegemônico do agronegócio, agravando as condições de vida dos agricultores familiares e camponeses, que apenas têm, enquanto opção, se integrarem ao novo modo de produção, ou abandonarem o campo, migrando para as cidades, ou fazerem resistência, através da adoção de um modelo de produção que rompa com o hegemônico, no caso em destaque, a Agroecologia enquanto meio viável para a mudança do paradigma agrícola.

A busca pela sobrevivência, bem como pela garantia do trabalho e da renda provocou o surgimento de assentamentos rurais, originários de ocupações de fazendas, engenhos e empresas agropecuárias, mostrando a força da resistência campesina. Foi nesse contexto de organização dos trabalhadores que houve a criação do Assentamento Padre Gino, resultado do Decreto nº 0-008, de 17 de setembro de 1996, após a ocupação das famílias na Fazenda Santa Cruz/Gameleira. Vale dizer que tal assentamento possui uma área total de 466,3 hectares.

O Assentamento está localizado a seis quilômetros da sede do município de Sapé, que faz parte da mesorregião da mata paraibana, distante da capital João Pessoa a 55 Km. O município está situado em uma região que tem o predomínio da monocultura da cana-de-açúcar e do abacaxi, para a exportação e, em coexistência a essas culturas, está presente a diversificação dos roçados da agricultura familiar, responsável pelo abastecimento de alguns mercados locais e da região.

Para compreendermos a questão da agroecologia como resistência, elegemos para o estudo os agricultores do Assentamento Padre Gino, por sabermos que as práticas agroecológicas fazem parte do cotidiano de algumas famílias do local. As famílias pesquisadas também estão inseridas na cooperativa Ecovárzea, onde comercializam seus produtos em duas feiras: uma realizada todas as sextas-feiras, no campus I da UFPB, e a outra no campus do IFPB, a cada quinze dias.

Como caminho para o aprofundamento do tema, os objetivos desta pesquisa são: investigar o que levou os agricultores a optarem pela produção agroecológica, atentando para observar como as práticas no campo da agroecologia se efetivam em organizações coletivas, associativas ou cooperativadas de produção e comercialização dos produtos e, por fim, identificar as matrizes discursivas presentes no campo teórico da agroecologia.

A relação de oposição entre a agroecologia e o agronegócio abarca uma perspectiva dialética, sugerindo a adoção do método dialético, em busca de refletir e compreender a estrutura da realidade contraditória, de maneira mais adequada e profunda (KOFER, 2010), no cenário das mudanças ocorridas com a modernização da agricultura brasileira e a difusão da Agroecologia pelos movimentos sociais, pelos agricultores e camponeses.

Nesse contexto, vale dizer que adotamos uma abordagem crítica, através da pesquisa qualitativa, possibilitando, assim, capturar as subjetividades, motivações, contradições e entraves, buscando, com isso, ultrapassar a aparência imediata que o objeto se coloca para o pesquisador (MINAYO, 2001).

A ocupação: a luta dos agricultores pelo direito a terra e o Assentamento Padre Gino

A origem do Assentamento Padre Gino tem em comum a origem de mais dois assentamentos no mesmo município. Na data de 21 de abril de 1996, camponeses, vindos de cidades circunvizinhas e do estado de Pernambuco, ocuparam três fazendas improdutivas: Fazenda Santa Luzia, que deu origem ao Assentamento 21 de Abril; Santa Cruz/Gameleira, que se transformou em Assentamento Padre Gino e a São José, que não houve possibilidade de desapropriação, pois o dono do imóvel entrou na justiça com uma ação, dividindo os bens entre seus filhos menores de dezoito anos. Vizinho, também, houve a ocupação da Fazenda Boa Vista, local onde aconteceram conflitos, envolvendo agressões aos camponeses que ocupavam o local; posteriormente, a ocupação se tornou o Assentamento Boa Vista.

Vale ressaltar que foram 510 famílias cadastradas para a ocupação, mas restaram em torno de 350. Segundo os agricultores, muitas acabaram desistindo da luta, por medo da repressão e violência que poderia desencadear desse processo. Após três meses de ocupação da Fazenda Santa Cruz/Gameleira, os agricultores receberam a ordem judicial de despejo e foram amparados em uma área de apenas um hectare às margens do Rio Gurinhém.

A área foi comprada pelo Padre Gino junto ao Sindicato Rural de Sapé. Daí advém o nome do assentamento, em homenagem ao Padre Gino, falecido em 1995, no país de origem, a Itália. No local de acolhida das famílias, existia uma criação de abelhas, que foram removidas para dar lugar às famílias despejadas, até que se concluísse o processo de desapropriação da fazenda e, finalmente, o estabelecimento destas, que ocorreu em dezembro do mesmo ano da ocupação.

Segundo os relatos dos entrevistados, os trabalhadores foram organizados para se engajarem no movimento, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na época, coordenada pelo Frei Anastácio, hoje, Deputado Federal pelo estado da Paraíba. Em suas narrativas, esteve presente a figura de um líder religioso (padre, frei ou freira), que foi convidado/a para reuniões e para as ocupações às fazendas em disputa, como podemos apreciar nas falas dos Entrevistados 1 e 2:

[...] meu grande sonho era deixar de trabalhar os outros, sempre sonhava em trabalhar para a gente. Aí apareceu a oportunidade. Pronto, no primeiro convite, eu aceitei [...] quando foi no dia 21 de abril, fui para a casa de um amigo meu [...] ele também foi convidado pelo Padre Júlio (Entrevistado 1).

[...] estava em casa.... Chegou as freiras da comunidade do Zumbi e falou: “olhe, vai ter uma ocupação de uma área improdutivo... e já tem um grupo de famílias muito grande e eu gostaria que a senhora participasse desse grupo, porque [...] se Deus quiser, se der certo, nunca mais, nem a senhora nem seu marido vão ser

boia-fria e nem vão trabalhar para ninguém [...]" (Entrevistada 2).

Percebemos, através dos relatos, a importância de agentes externos na mobilização e organização dos agricultores. Antes de se tornarem assentados, muitos trabalhavam em fazendas na condição de trabalhadores semiassalariados, sem garantias trabalhistas, muitas vezes, impossibilitados de cultivar alimentos para sua manutenção e da sua família. Eles se submetiam à exploração dos proprietários de terra, porém, cultivavam o desejo de um dia possuírem sua terra e trabalharem para si. Assim,

A conquista da terra e as condições necessárias à permanência nela conferem aos camponeses a mudança da condição de semiassalariados a autogestores de suas parcelas, assim como em relação a toda a área do Assentamento, por se tratar de uma comunidade na qual está em curso a construção de laços de solidariedade e cooperação (LORENZO, 2017, p. 169).

Em decorrência da política de reforma agrária, que o governo brasileiro adotou a partir dos anos de 1990, os agricultores assentados pagarão pela terra e pelos créditos contratados, estando estes vinculados ao INCRA, não podendo vender, alugar, arrendar, entre outras formas impostas pelo citado órgão federal¹².

Apesar de estarem assentados há 23 anos, não possuem o título de posse da terra e ainda estão esperando o INCRA iniciar e concluir a pendência do título. Os agricultores afirmam que, quando os títulos forem emitidos, terão de pagar pela terra, pela

12 Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 31 mar. 2019.

habitação que receberam e pelo fomento (dinheiro/crédito) recebido, para começarem a explorar a propriedade¹³.

O receituário neoliberal também penetra no meio rural, através da retração dos direitos sociais e da não concretização de políticas essenciais que acabassem com a desigualdade no campo; como exemplo emblemático, a redistribuição de terras para a população do campo, cujas orientações internacionais (Banco Mundial) conduziram para que houvesse a chamada “Reforma Agrária de Mercado, por alguns apelidada de contrarreforma agrária” (CHÃ, 2018, p. 38).

A intervenção externa, no que concerne à atuação de membros da Igreja Católica, possibilitou a organização de vários camponeses em prol da realização do sonho da terra própria, potencializando a luta e a resistência contra os latifundiários da região. A Comissão Pastoral da Terra tem forte expressão, tanto na organização dos trabalhadores quanto no apoio e acompanhamento de outras necessidades dos camponeses assentados.

No caso do Assentamento Pe. Gino, os agricultores também citam o trabalho da Pastoral e da Cáritas¹⁴ na organização em torno da adesão à Agroecologia como uma alternativa viável de trabalho e renda, quando os assentados perceberam que, mesmo sendo possuidores de seus lotes, não conseguiam garantir sua sobrevivência, por não terem condições de se incorporarem aos requisitos impostos pelo modo hegemônico de produção, inaugurado com a “Revolução Verde”,

13 Informações extraídas do diário de campo, a partir de conversas informais com os agricultores durante a realização da feira em 20 de abril de 2018.

14 Cáritas Diocesana Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social, que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto a excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Disponível em: <http://caritas.org.br>. Acesso em: 01 abr. 2019.

“cuja implementação ‘arrebentou’ e continua a ‘arrebentar’ com as lógicas econômicas e organizativas ditas ‘tradicionais’, entre as quais as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas” (GONÇALVES, 2008, p. 20).

A luta por reforma agrária no Brasil, atualmente, não tem se voltado apenas para a distribuição de terras e superação do latifúndio atrasado. Os movimentos sociais do campo têm aliado a luta pela terra à Agroecologia, empreendendo uma luta anticapitalista, uma vez que, dentro desse sistema, os agricultores familiares não conseguem competir e se manter nos mercados, tendo em vista que a exigência da alta produtividade está ancorada ao uso intensivo de capital, de tecnologia, de insumos químicos, entre outros (STEDILE, 2016; MAZIN, 2016).

Dessa forma, o modelo de produção convencional não possibilita ao camponês decidir sobre o que plantar, como plantar, o momento de plantar e vender, enfim, manter o controle sobre todo o processo produtivo, pois “Não é o agricultor, independentemente da escala – grande ou pequena – o dono de seu próprio negócio, porque ele não decide, pois quem decide é o vendedor dos insumos, máquinas e sementes [...]” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 23).

A teia do agronegócio vem se intensificando desde a “Revolução Verde”, com o apoio do Estado em fazer a opção pelos setores agroindustriais, principalmente, na política de crédito, de isenções fiscais e na flexibilização das dívidas contraídas pelos grandes produtores rurais, enquanto que, aos agricultores camponeses, pouco o governo tem dado atenção para a oferta de crédito, a compreensão de como se configura a produção familiar dentro de suas necessidades que, muitas vezes, apenas o excedente é comercializado e, também, quanto a prazos e às formas de pagamento dos empréstimos.

Outra questão que surgiu, a partir dos depoimentos dos agricultores, é que a ideia de mudança na forma de produção não partiu deles, mas, sim, do técnico agrícola, que os acompanhava. Muito embora fique explícito que a mudança para a agroecologia foi uma proposta ofertada por um agente externo, não podemos invalidar as lutas e conquistas dos agricultores deste estudo. A adoção da agroecologia está para além das questões de preservação ambiental, resgatando a organização popular, que nega o modelo hegemônico de produção brasileiro e que regenera a militância popular.

Nesse sentido, a Educação Popular se faz presente no modo como os agricultores se organizam, tanto no novo modo de produzir, como vão adquirindo e transmitindo os conhecimentos, que vem desde seus antepassados, quanto nos novos saberes apreendidos com as experiências trazidas pelos agentes externos citados, na militância política, na comercialização de seus produtos, na constituição de associações, entre outras. Como podemos reafirmar em Paludo (2022):

A concepção de Educação Popular (EP) como campo de conhecimento e como prática educativa se constitui em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, assim como de contra-hegemonia ou padrão de sociabilidade por ele difundida. Constituída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida, na América Latina, enquanto concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital.

Os entrevistados deixavam explícito, em seus relatos, que ter a posse da terra não era ainda o suficiente para garantir uma vida estabilizada, porém, seria primordial para que novos anseios fossem alcançados, como a autonomia em produzir e comercializar.

A Feira Agroecológica da Ecovárzea: estratégia de trabalho e renda

A Feira Agroecológica da Ecovárzea se constitui como a principal estratégia de comercialização dos agricultores que praticam uma agricultura a partir dos princípios da agroecologia. A feira conta, além da participação de agricultores dos assentamentos Padre Gino, com assentados de outros assentamentos de Sapé, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa (acampamento Ponta de Gramame) e do Conde (VIEIRA, 2015).

A Feira da Ecovárzea acontece no Campus I da UFPB todas às sextas-feiras, pela manhã, e a cada quinze dias, sempre às quartas-feiras, no Campus do IFPB, localizado no bairro Jaguaribe, na capital paraibana.

Diante da necessidade da própria sobrevivência, que se encontrava ameaçada em razão da exploração sofrida, tanto pelo atravessador quanto pelo endividamento junto aos bancos e outras formas vivenciadas cotidianamente, um grupo de agricultores resolveu se mobilizar em prol de uma saída viável para superarem as dificuldades citadas por eles e partiram em busca de novas estratégias e de apoio.

Inicialmente, esse grupo de assentados se reportou à CPT, começando a amadurecer as primeiras ideias de comercialização, tendo em vista que eles queriam comercializar diretamente ao consumidor, dispensando os atravessadores. Como pode ser demonstrado pelo presidente da associação do Assentamento,

que ocupava o cargo na época da coleta de dados, no ano de 2019:

Começamos a discutir com a CPT... que acompanhou a gente desde o início... que a gente pudesse produzir a pequena produção e comercializar. No ano de 2000, o Deputado Frei Anastácio foi candidato e eleito... Na sua metodologia de mandato, tinha um Técnico Agrícola, que era Arnaldo Brito, que acompanhava os agricultores no estado... começou a discutir a história de montar uma feira lá no município de Sapé, uma minicentral, um espaço que a gente pudesse comercializar todo dia e se tivesse produto demais levava para João Pessoa, para Recife, outros cantos (Entrevista do Presidente da Associação).

Além da contribuição da CPT e do ex-coordenador, o Deputado Frei Anastácio, o grupo procurou outros apoios externos, obtendo, por parte destes sucessos e insucessos. Um exemplo disso foi quando procuraram o prefeito de Sapé, para adquirirem um espaço para montarem sua feira e não foi concedido, sendo disponibilizado um espaço dentro da feira convencional da cidade, mas isso não era o que os agricultores almejavam.

Porém, o Técnico Agrícola, disponibilizado pelo deputado, partiu para conhecer outros projetos de feiras agroecológicas já consolidados, a fim de trazer uma experiência concreta e que tivesse viabilidade para os agricultores. No caso em questão, foi um projeto no estado do Rio Grande do Sul. Outro importante agente externo foi a Cáritas Diocesana, que, visando instituir a feira, colaborou com os recursos financeiros e de estrutura imprescindíveis para a criação do empreendimento.

No atual sistema que estamos imersos, quem realmente tem espaço e controle sobre os mercados são as grandes empresas que dominam o ramo da alimentação, apoderando-se de todo o processo, desde o plantio até a chegada dos alimentos ao consumidor. Desse modo,

Os agricultores mais pobres não têm lugar no mercado promovido pelas grandes empresas, cujo enfoque produtivista está dirigido aos setores agrícola e comercial dos países industrializados e desenvolvidos, dos quais essas corporações podem esperar grandes retornos de seus investimentos em pesquisa (ALTIERI, 2012, p. 58).

Retomando ainda o processo de organização e consolidação da feira agroecológica, esta, antes de se estabelecer na UFPB, começou no bairro de Mangabeira, porém, não obteve o desempenho esperado pelos agricultores, pois esbarraram na concorrência que o bairro dispunha, através de supermercados e outros comércios:

[...] então, Mangabeira? É um bairro muito amplo, popular, muita gente ali... então, vamos para a paróquia! Aí o padre acolheu, organizou um espaçozinho lá para a gente guardar material... fizemos divulgação, rádio, televisão, panfleto, essa coisa toda. Começamos a feira em 18 de novembro de 2001... fretamos uma F4000, pomos os produtos em cima e nós viemos para a feira. Teve uma divulgação, o carro do Frei Anastácio com um som... Resumindo, nós fizemos lá em Mangabeira seis feiras, na sexta, a renda caiu de 700 para 300. Aí nós paramos. Foi aí onde a gente viu que o problema da gente

não era comercialização, era produção. Aí nós paramos em dezembro... aí chegou o Luís Senna, com o apoio do Arnaldo e fomos organizar a produção, planeja, porque não é só batata e nem inhame... tem que ter diversificação de produtos. Então, vamos lá! (Entrevista concedida pelo Presidente da Associação).

Outro problema, enfrentado por eles, diz respeito à produção. Não seria o suficiente apenas apresentar alimentos sem agrotóxicos, mas, sim, uma diversificação dos produtos. E é na diversificação dos produtos que a produção agroecológica tem como um de seus princípios:

Um primeiro deles diz respeito à diversificação do agroecossistema. Os ecossistemas tropicais apresentam uma elevada diversidade biológica no reino vegetal e animal, muito maior que das regiões temperadas e frias, daí a inadequação ecológica das monoculturas nestes ambientes. Em tais condições a diversidade natural presente deve nortear a orientação do sistema agrícola, contemplando a diversificação das explorações segundo um enfoque agro-silvo-pastoril (COSTA, 2017, p. 83).

Portanto, a diversidade também implica em segurança alimentar para as populações urbana e rural, como complementamos em Altieri (2012, p. 31):

A diversidade é importante para a segurança alimentar das comunidades rurais, mas a disse-

minação das variedades melhoradas foi acompanhada por uma simplificação dos agroecossistemas tradicionais e uma tendência para a monocultura que afetou a diversidade da dieta alimentar, aumentando consideravelmente as preocupações nutricionais.

Após um período de ajustes dos agricultores, para que voltassem a comercializar diretamente, eles retomaram agora em um novo local, que seria dentro do Campus I da UFPB, onde conseguiram se estabelecer e estão ocupando esse espaço desde o ano de 2002.

Mesmo diante dos entraves na trajetória de implementação da feira, os agricultores continuaram com a sua proposta que, além de culminar com a consolidação desta, ainda serviu como motivação para que outros grupos camponeses também buscassem seus espaços de comercialização, trabalho e renda.

Desse modo, semanalmente, a Feira Agroecológica da Ecovárzea propicia um ambiente da diversidade, da troca de saberes, de solidariedade, de amizades, de resistência política, tanto para os vendedores quanto para os consumidores, por ser um local onde não só se configura como uma alternativa a quem procura alimentos saudáveis, mas que também ajuda a fortalecer a luta pela terra, pela manutenção do meio ambiente, da Agroecologia e tantas outras pautas emergentes.

A Feira Agroecológica da Ecovárzea se constitui como mais uma conquista dos agricultores, que contou com o apoio técnico e financeiro dos agentes externos já mencionados, contribuindo para a construção de uma autonomia financeira em oposição a uma dependência exclusiva do mercado comandado pelas relações capitalistas desiguais, podendo ser considerada

como mais um aspecto de resistência, por se opor, através da Agroecologia, ao modo convencional de agricultura, que perdura desde a metade do século XX, conclamando a população em geral para refletir sobre todos os fatores que o agronegócio vem desencadeando.

Em consequência das mudanças ocorridas no meio rural com a ascensão do agronegócio, muitos trabalhadores têm buscado, através das cooperativas e associações, a garantia de trabalho e renda, como é o caso dos agricultores desta pesquisa, que estão inseridos na Associação dos Trabalhadores do Assentamento Padre Gino e na Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – Ecovárzea.

A Associação dos Trabalhadores do Assentamento Padre Gino existe desde a fundação do assentamento, ou seja, desde o ano de 1996. A associação funciona com uma diretoria composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um conselho fiscal, com três membros. O mandato de cada diretoria tem duração de dois anos. As reuniões acontecem todas as terças-feiras à noite e as assembleias na segunda terça-feira de cada mês, na sede da associação.

A Ecovárzea foi criada quatro anos após a criação da Feira Agroecológica do campus I da UFPB. Em sua organização, a estrutura é composta de uma coordenação executiva, com um coordenador e um vice-coordenador, um secretário, um tesoureiro, um conselho fiscal e um conselho de ética, ambos com três membros cada. As eleições são realizadas a cada dois anos, momento em que a coordenação e os conselhos são renovados. As assembleias acontecem na segunda quarta-feira de cada mês e duram um dia inteiro.

As associações são espaços em que os próprios agricultores conduzem e se organizam em prol dos seus

interesses individuais e coletivos, na busca por melhorias em suas comunidades ou assentamentos, por direitos, acesso aos órgãos da administração pública, entre outras finalidades.

Os agricultores ressaltam a falta de compromisso com os trabalhos coletivos, as divergências políticas, a falta de solidariedade, a quebra de algumas regras que foram instituídas pelos próprios associados ou o descumprimento com os pagamentos de taxas e a contribuição para o “fundo de feira”, arrecadado ao final¹⁵.

Apesar da presença de conflitos, os associados continuam o trabalho de sensibilização dos demais, a fim de eliminar as diferenças políticas e de interesses que existe em um grupo. Apesar das dificuldades, o grupo acredita que trabalhar coletivamente sempre é mais vantajoso.

Acreditamos que os problemas que os associados enfrentam é um reflexo do que prega o próprio sistema capitalista, que coopera para que o individualismo triunfe nas organizações que aparentam uma solidez. Também, apontam o descaso do Estado em fornecer políticas públicas, que estimulem a produção agroecológica, em se manterem associados, no fornecimento de infraestrutura e demais necessidades.

Dessa maneira, a agroecologia se projeta, ainda que não seja completamente suficiente para resultar em uma sociedade liberta das relações capitalistas de exploração, mas se torna necessária em produzir o questionamento dessas relações. Segundo Neto (2016, p. 248), a agroecologia reestabelece “construções identitárias que se apresentam na resistência simbólica e na experiência de ressignificação das relações sociais de trabalho e as estabelecidas com a natureza”. Através

15 Anotações feitas no diário de campo em setembro de 2018.

da agroecologia, o grupo se mantém acreditando no trabalho coletivo.

A quem interessa a produção de alimentos?

O simples hábito de se alimentar é objeto de lucro. Como colocado nos tópicos anteriores, a alimentação é influenciada por interesses econômicos de poucas empresas, que controlam toda a cadeia alimentar, passando, também, pela influência que a mídia exerce sobre as mudanças nos nossos hábitos alimentares que, segundo Chã (2018, p. 95), “as principais ideias que buscam passar são construção de marca, credibilidade, preferência, proximidade com o público”.

Um exemplo ilustrativo é a campanha publicitária “Agro: a indústria riqueza do Brasil”, exibida diariamente, com o intuito de aproximar, através de um apelo moderno, “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, à população a uma agricultura tecnológica, aparentemente acessível, que produz alimentos, gera riquezas e empregos, mas que o intuito é ocultar os principais problemas que ainda persistem no universo rural, como a concentração de terras, a exploração do trabalhador, a fome, a degradação ambiental, entre outras.

Existe um grande interesse por trás desses “jogos alimentares”, que beneficiam esse pequeno grupo capitalista, escondendo as bases que se sustentam: a exploração do trabalho, a eliminação do pequeno produtor, o fortalecimento dos fabricantes de insumos químicos e sementes modificadas, o controle dos preços dos alimentos e, conseqüentemente, o acesso (ESTEVES, 2017; ZIEGLER, 2013).

Esse intenso trabalho em destruir os hábitos alimentares tem invadido o cotidiano dos trabalhadores, de maneira sutil, com a oferta de alimentos pouco nutritivos e contaminados por

aditivos, que vem desde a plantação até as prateleiras, mas que dispõe de uma facilidade no seu preparo a preços baixos, numa aparente variedade, tornando-os atrativos à população. Dessa forma, quem dispõe de maior poder aquisitivo ou esclarecimento pode optar por escolher alimentos com uma qualidade melhor (ESTEVE, 2017). A preocupação da indústria alimentícia não tem sido nos alimentar, mas, sim, obter lucro sem a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, com a fome e subnutrição (FUCHS, 2012). E qual o efeito disso?

Muito embora tenha crescido o número de pessoas conscientes dos males que os produtos oriundos dos sistemas “convencionais” causam, uma parte significativa não tem acesso a esse conhecimento, e isso tem gerado a formação de um grupo seletivo, bem informado e que procura pela aquisição de alimentos orgânicos ou agroecológicos.

O público mais informado sobre alimentos “limpos” tem se tornado alvo dos comerciantes de orgânicos e agroecológicos, pois acabam influenciando na escolha dos locais de comercialização, acarretando em um “privilégio” na oferta desses alimentos, pois o acesso fica restrito a um determinado grupo, deixando de fora grande parte da população.

Como critério para a escolha do local da feira, o grupo optou por um lugar em que seus produtos se destacassem dos produtos convencionais, ofertados em geral, pois os seus são alimentos produzidos sem o uso de aditivos químicos (agrotóxicos e fertilizantes sintéticos), e isso tanto exigia essa diferenciação de espaço, bem como do público consumidor, sendo estes mais conscientes dos malefícios dos alimentos contaminados por agrotóxicos.

Porém, cabe salientar que, ainda assim, as feiras agroecológicas se constituem como um espaço crescente de resistência, impulsionando os agricultores a romperem com as

barreiras impostas pelo agronegócio e pelo modelo prevalecente de comercialização, à medida que eles exercem o controle sobre a produção e a comercialização direta, a divulgação, apontando para a importância da mudança que a organização exerce sobre suas vidas.

A agroecologia na visão dos agricultores: “A agricultura familiar sem a agroecologia está morta”

A agricultura é a atividade humana que mais tem causado impactos sobre os recursos naturais, principalmente, o modelo hegemônico que vigora atualmente – agronegócio - que, de fato, tem aumentado a produtividade, porém, à custa do extermínio de quilômetros de florestas, da contaminação da terra, do ar e da água, da extinção da diversidade da flora e da fauna.

Em contraponto ao modelo hegemônico de agricultura, agricultores de diversas partes do mundo têm aderido a formas de agricultura que buscam conciliar produção e preservação; ciência e saberes populares. Aqui, no Brasil, a forma predominante de agricultura ecológica tem sido a agroecologia:

A Agroecologia não exclui o humano da biodiversidade. Ele é o sujeito do processo de construção de uma metodologia de vida que respeita o conhecimento produzido pelos agricultores ao longo da história. É um pensar práticas de convivência do homem e da mulher com a natureza, respeitando o que é culturalmente produzido e questionando as relações socialmente estabelecidas (SILVA, 2016, p. 114).

E esse tem sido o modelo que um pequeno grupo de agricultores do Assentamento Padre Gino tem adotado como modelo de produção e como forma de viver diante das imposições da agricultura “moderna”. Como colocado anteriormente, a adesão à Agroecologia partiu do novo recomeço de vida para aqueles que decidiram se fixar na recente terra conquistada.

Os agricultores do Pe. Gino praticam uma agricultura agroecológica há dezessete anos, quando decidiram formar a feira agroecológica. Desde então, eles têm buscado agregar mais conhecimentos através de cursos, intercâmbios, encontros, oficinas. Agroecologia significa, antes de tudo, preservação e conservação dos bens ofertados pela natureza. Podemos perceber isso em suas falas, onde citam a permanente necessidade de reflorestamento, do cuidado com as águas, não fazer queimadas, entre outras formas que aceleram o processo de degradação ambiental e que prejudica a saúde deles.

A mudança de paradigma agrícola, saindo da forma convencional para a agroecológica, não se faz de um momento para outro. É um processo permanente, que demanda tempo, amadurecimento. Por essa razão, é muito importante o conceito de transição agroecológica dentro dos movimentos de Agroecologia:

Quando se fala em transição, não estamos falando de um somatório de experiências e iniciativas que tentam formar massa crítica. A assim denominada Transição Agroecológica passa por mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos. Ela atinge diretamente a soberania e segurança alimentar. Neste sentido, o aperto que deriva do aumento nos custos dos insumos e da diminuição dos preços pagos aos produtores, além de um for-

te indicador do esgotamento do paradigma da Revolução Verde, pode ser uma grande motivação para a transição agroecológica (BALESTRO; SAUER, 2013, p. 12).

Mais uma vez, faz-se necessário destacar a insustentabilidade da agricultura, advinda com a “Revolução Verde”. Por isso, a transição agroecológica tem se iniciado pelos pequenos produtores, camponeses que são excluídos – ou, cooptados de alguma forma – pelo modo convencional de produção, confirmando, dia após dia, que a agricultura camponesa, tendo acesso a terra, água e incentivos governamentais, por exemplo, tem condições de garantir a soberania e a segurança alimentar da sua família e dos consumidores.

Segundo Altieri (2012), a diversificação dos agroecossistemas implica em uma das razões para que possamos apoiar as pequenas propriedades em poder dos camponeses e incentivarmos a luta pela manutenção e revitalização; dentre elas, podemos citar a eficiência destas que apresentam maior produtividade, por conservarem mais os recursos da natureza do que as que produzem apenas monoculturas, diferentemente do que pensa o senso comum.

Outro desafio encontrado pelo grupo de camponeses, em transição agroecológica, tem sido a convivência com outros assentados, que ainda produzem de forma convencional (desmatam, usam agroquímicos, produzem grandes queimadas, entre outras práticas) que prejudicam o desempenho das áreas em transição, muitas vezes, sem se preocupar com os agroecossistemas dos vizinhos.

Esse descrédito de muitos camponeses em modificar seus sistemas agrícolas do convencional para os agroecológicos

faz parte de um contexto majoritário, que perdura desde o período de instituição da “Revolução Verde”, que desqualifica o trabalho do camponês, através do discurso de ser um trabalho atrasado, penoso, que não gera uma remuneração suficiente, que necessita de máquinas, sementes, agroquímicos, baseados no investimento em monocultura.

O Brasil tem se mostrado capaz de produzir alimentos saudáveis, conciliando com a preservação ambiental. Desse modo, perguntamos aos agricultores se produzir de forma agroecológica tem vantagens e desvantagens. Quase todos foram unânimes em afirmar que só tinham vantagens com a nova forma de produzir:

A primeira vantagem é porque ficamos livre do agrotóxico, porque quem trabalha com agrotóxico está se matando e está matando o consumidor... Segunda vantagem ... poxa! aqui na feira eu estou vendendo saúde!... Isso foi a coisa melhor que a gente conquistou, o nosso objetivo, nosso trabalho, a nossa luta, com companheirismo, com a ajuda dos companheiros (Entrevistado 3).

Os agricultores ressaltam a promoção da saúde, através dos alimentos e congêneres sem o uso de agrotóxicos como principal vantagem, dado o contexto de insegurança alimentar em que estamos imersos. Segundo Stedile (2013, p. 13), o Brasil “transformou-se no maior consumidor mundial de agroquímicos, aplicando 713 milhões de litros por hectare cultivado”. A política agrícola brasileira trabalha no sentido de flexibilizar as leis e a concessão de permissões, para que mais agrotóxicos sejam utilizados nas lavouras.

O agronegócio tem expandido suas fronteiras em busca de lucro e mais lucro, aumentando as áreas de monoculturas que demandam mais máquinas, mais insumos químicos, mais sementes modificadas. E esse modo de produzir coloca o Brasil no cenário mundial como um país de agricultura moderna e, paradoxalmente, amplificando o empobrecimento dos camponeses, a exploração do seu trabalho e a intensificação dos conflitos no campo (STEDILE, 2013; ESTEVAM; STEDILE, 2013).

Em relação aos incentivos que os agricultores recebiam ou já receberam para continuarem com a produção agroecológica, há a assistência técnica, porém, hoje não recebem mais, em decorrência dos cortes do governo nas políticas para a agricultura familiar agroecológica. E quem recebe assistência técnica, é porque está associado em outras cooperativas.

Com a adesão da agroecologia, a transição do sistema monocultor para o agroecológico, ou seja, com diversificação, contribui para uma reintegração e distribuição das tarefas entre os membros das famílias, contribuindo para uma melhor distribuição da renda entre os familiares. Durante as idas ao assentamento e a Feira da Ecovárzea, constatamos, com frequência, a participação das mulheres e dos jovens a frente das atividades de preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, comercialização dos produtos.

No entanto, há uma contradição em relação ao consumo. Os assentados não conseguem suprir todas as necessidades alimentícias e recorrem aos supermercados e feiras livres para a compra de alimentos que julgam necessários para a composição da cesta familiar, como: o açúcar, o café, o arroz, as massas, carnes e peixes, por exemplo. Contudo, boa parte dos alimentos que produzem fica para o abastecimento da casa e o excedente é que segue para serem comercializados nas feiras, nas universidades,

como hortaliças, frutas, produtos derivados da mandioca, milho, feijão, ovos, carnes de aves, caprinos e porcos.

Contudo, o que produzem é bastante significativo para promover uma certa segurança alimentar, tendo em vista que, nos supermercados e feiras livres, a maioria dos alimentos contém resíduos de agrotóxicos ou outras substâncias de origem da indústria petroquímica, bem como feitos com sementes transgênicas, que ainda são questionadas pela comunidade científica sobre os danos que podem trazer para o nosso organismo.

Considerações finais

O referencial teórico e os depoimentos dos agricultores do Assentamento Padre Gino nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, que versa sobre o modo de produção agrícola estabelecido com a “Revolução Verde”, expondo as repercussões no campo social, ambiental e econômico, e a luta dos trabalhadores rurais para a conquista da terra e das condições de vida, trabalho e renda.

Enquanto isso, os trabalhadores rurais, para garantirem sua sobrevivência, se lançavam à sazonalidade que esse novo momento impunha, trabalhando ora nos períodos de produção agrícola ofertada pelas grandes fazendas, principalmente na colheita, ora migrando para as cidades em busca de trabalho, para os meses restantes do ano ou também para servirem ao exército de reserva industrial urbano.

E, nesse contexto de insatisfações, emerge a Agroecologia como novo paradigma agrícola, sendo capaz de fazer resistência e até superar a insustentabilidade provocada pela “Revolução Verde”, atualmente denominado de agronegócio. A Agroecologia é uma ciência que alia os conhecimentos científicos, sem desprezar os

conhecimentos acumulados pelos agricultores ao longo da história da agricultura. É a junção dos saberes acadêmicos e populares.

E o caminho da resistência tem sido adotado por centenas de agricultores camponeses, que, diariamente, travam a luta pelos direitos e por suas vidas. E foi através da luta por terra e trabalho que os agricultores do Assentamento Padre Gino encontraram as razões para persistirem em prol de uma vida melhor.

Para os agricultores do assentamento Pe. Gino, ter a terra não foi o suficiente para garantir uma vida tranquila. Eles necessitavam de expandir seu trabalho através da venda do excedente produzido. Para tal, recorreram novamente para o CPT que, em conjunto com a Cáritas, trabalharam a fim de viabilizar o projeto da comercialização direta de seus produtos.

Os agricultores perceberam que permaneciam empobrecidos devido à exploração provocada pelo atravessador, e isso foi o principal motivo para desenvolverem o projeto de montar a feira e de adesão à Agroecologia, pois, inicialmente, buscavam uma produção sustentável, do ponto de vista econômico, e, em seguida, a produção de alimentos que dispensassem o uso de agroquímicos.

Foram muitos os desafios encontrados pelos agricultores, como a falta de crédito para a implementação do empreendimento junto às instituições financeiras, a falta de apoio governamental, a concorrência e até a falta de conhecimento e valorização dos consumidores pelos alimentos orgânicos.

Como bem colocamos, a estratégia capitalista, que tem provocado a padronização da nossa alimentação, nos tem afetado com mais insegurança alimentar, pois não basta a problemática da fome em ascensão, mais uma vez, como também a nossa dieta ficar cada vez mais restrita e contaminada, além de, progressivamente, contribuir para a destruição dos nossos hábitos alimentares.

Porém, a Feira Agroecológica da Ecovárzea pode sim ser colocada como mais um instrumento de resistência aos ditames do agronegócio, ao passo que os camponeses conseguem tirar do seu caminho a figura do atravessador, que simboliza a apropriação do trabalho e a exploração financeira para os agricultores.

É na pauta da conquista da terra, do trabalho livre de exploração, da comercialização justa e solidária, da união, da justiça social, da visibilidade da mulher e do jovem que a Agroecologia tem se firmado, enquanto um novo modelo de produção que visa romper com o sistema que gera a barbárie social no campo, promovida pelo agronegócio.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALVES, Juliana Ferreira. Luta e resistência na Paraíba: a Liga Camponesa de Sapé. Disponível em: <http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494167488_ARQUIVO_ARTIGO-PRONTO-FORTALEZA2017.pdf> Acesso em: 24 mar. 2019.

BALESTRO, Moisés Villamil; SAUER, Sérgio. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: BALESTRO, Moisés Villamil; SAUER, Sérgio (Orgs.). **Agroecologia e os Desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COSTA, Manoel Baltasar Batista da. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FUCHS, Richard; ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Transgênicos: sementes do mal – A silenciosa contaminação de solos e alimentos**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. Tese disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101433>. Acesso em: 24 mar. 2019.

KOFLER, Leo. **História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. Tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2010.

LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega Di. **Campesinato e resistência: a inserção do Assentamento Dona Helena no projeto da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana**. In: RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira (Org.). **Da terra que assegura a vida aos alimentos sem agrotóxicos**. Curitiba: Appris, 2017.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo. Expressão Popular. 2014.

MAZIN, Ângelo Diogo. **Breves apontamentos sobre a política de reforma agrária no Brasil, entre 2002 e 2012**. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais. (Orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf > Acesso em: 14 abr. 2019.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964.

STEDILE, João Pedro (org). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PALUDO, Conceição. Educação Popular como Resistência e Emancipação Humana. In: Cad. Cedes, Campinas, v.35, n. 96, p. 219-238, maio-ago. 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CK6NyrM6BhKXbMmhjrmB3jP/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 27 abr. 2022.

SILVA, Nelsânia Batista da. **Educação Popular e subjetividade: vivências em Feira Agroecológica de base na economia solidária popular**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

STEDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STEDILE, Miguel Enrique. Levantados do chão: questão agrária e organização dos camponeses na luta pela terra. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Laís (Orgs). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

VIEIRA, Geísio Lima. Feira Agroecológica: uma abordagem teórica sobre a prática social e a semiótica da economia popular solidária. In: FARIA, Maurício Sardá; CARNEIRO, Vanderson Gonçalves (Orgs). **Economia Solidária e Sociedade**. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2015.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

SONHAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO TEMÁTICA E EDUCAÇÃO POPULAR NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL

Bárbara Gaião

Jailson Santos

Jetro Leite

José Nilton Monteiro

Juliana Figueiredo Sobel

Márcio Muniz

Maria José da Silva

Nivaldo Vasconcelos

Paulette Cavalcanti de Albuquerque

Shirley Alves dos Santos

INTRODUÇÃO

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se (...). Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança (FREIRE, 1992, p. 91-2).

O presente relato se encaixa no eixo de “dinâmicas e metodologias da educação popular na formação social” e irá apresentar como o coletivo Sonhação foi construído, procurando demonstrar como o pensamento de Paulo Freire subsidiou

reflexões no campo da saúde mental, especificamente no que tange à discussão sobre a reabilitação psicossocial e autonomia. Para tanto, é importante trazeremos que a vivência relatada é parte do percurso metodológico da dissertação de mestrado intitulada de “Do sonho à ação, da reabilitação à autonomia psicossocial: uma análise teórico-metodológica à luz de Paulo Freire” (SOBEL, 2020).

Nesse sentido, a pesquisa-participante foi a estratégia metodológica e a análise-temática, seu complemento. A pergunta condutora foi: “Quais as contribuições que a pedagogia de Paulo Freire pode trazer para as práticas de reabilitação psicossocial na rede de atenção psicossocial?”.

Enfatizamos que a reabilitação psicossocial se apresenta como referencial que vem orientando as políticas e práticas no campo da saúde mental, a partir das dimensões teóricas, práticas e éticas da desinstitucionalização e do cuidado antimanicomial. Deste modo, faz-se necessário a discussão da práxis da reabilitação psicossocial para constituição de práticas que, verdadeiramente, estejam alinhadas com as dimensões da reforma psiquiátrica.

A literatura brasileira encontra nos escritos de Benedetto Saraceno, psiquiatra italiano, referência para compreensão do campo da reabilitação psicossocial. O autor traz a concepção deste campo focado em três grandes cenários: moradia, rede social e trabalho com valor social, o qual busca aumentar o poder contratual das pessoas com experiência na loucura, para ampliar a sua autonomia. Defende que não se trata de um processo individual de inabilidade para à habilidade, de um estado de incapacidade para um estado de capacidade, mas configura-se como um processo de potencialização das possibilidades de trocas sociais, de afetos e de tessitura de redes múltiplas de negociação (SARACENO, 1996; 2001).

De acordo com Pitta (2001) existem variadas compreensões, definições e usos da Reabilitação Psicossocial desde seu surgimento, dos diversos pressupostos e definições decorreram inúmeras interpretações. Saraceno, em 1996, já afirmava que a prática da reabilitação psicossocial está à espera de sua construção teórica, a prática tem sido construída cotidianamente pelas diversas atrizes e atores da saúde mental, mas ressalta a necessidade de embasamento para que as ações possam ter direcionamentos mais claros e que, de fato, promovam autonomia das pessoas com experiência na loucura (SARACENO, 1996).

Benetton (1996) faz uma crítica ao termo reabilitação, pelo prefixo *re*, aponta que esse prefixo implica um recobrimento no sentido de restituição do estado anterior. A autora Pitta (1996) também levanta os prejuízos de sentido ao analisar etimologicamente a palavra reabilitação, o prefixo “*re*” evoca um movimento para trás, ideia de repetição e ‘*habilitação*’ é o ato de habilitar-se através de um conjunto de conhecimentos, aptidões e capacidades.

O autor italiano Venturini (2016) desenvolve uma crítica à reabilitação por esse termo configurar um olhar para o passado, com o propósito de restituir uma normalidade; por fazer referência à cura que isso evidencia instâncias de controle e de estigma, o mesmo propõe substituir a palavra reabilitação por *habilitação*. Nesse sentido, partindo das inquietações expostas acima, é que nos debruçamos na discussão acerca da reabilitação psicossocial e quais suas interfaces com a pedagogia Paulo Freire.

A proposta da pesquisa participante tem como uma de suas inspirações os escritos do educador brasileiro Paulo Freire e do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (GAJARDO, 1999).

Os pressupostos da pesquisa participante baseiam-se: na explicitação de uma intencionalidade política e de uma opção de trabalho junto aos grupos mais relegados da sociedade; na integração de investigação, educação e participação social; na incorporação dos setores populares como atores de um processo de produção de conhecimento; na sustentação de atividades de investigação e ação educativa que não culminem apenas em respostas de ordem teórica, mas na geração de transformações em prol de mudanças sociais (GAJARDO, 1999).

Brandão (1999) alerta para o caráter da participação, do participar nessa pesquisa, ao significarem palavras que atentam para a possibilidade de envolvimento do trabalho popular na produção de conhecimento, sobre as condições e contextos de vida do povo. Participar envolve convocar mulheres e homens a serem **sujeitos** das pesquisas e não mais **objeto de estudo**.

A relação tradicional de sujeito-objeto, investigador/aeducador/a e os grupos sociais deve ser convertida em uma relação sujeito-sujeito, a partir do pressuposto de que todas as pessoas são fontes originais de saber. A partir da interação entre os diferentes conhecimentos em que a compreensão da realidade pode ser construída, a articulação entre o científico e o popular para construção de um conhecimento novo e transformador (BRANDÃO, BORGES, 2007).

Na pesquisa participante o processo de construção de conhecimento pauta-se na formação da consciência das pessoas populares motivadas a transformar os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos, e, conseqüentemente, a transformação do lugar em que vivem (BRANDÃO, BORGES, 2007).

A autora Gajardo (1999) aponta que a maioria das experiências, de pesquisa participante, partem da realidade concreta dos grupos populares e defendem o estabelecimento de relações horizontais e antiautoritárias. Propõem-se a utilizar de mecanismos democráticos e de processos de aprendizagem coletivo, bem como da mobilização de grupos e organizações para a transformação da realidade social ou para o desenvolvimento de ações que resultem em benefício coletivo.

Entre os principais critérios que caracterizam a pesquisa participante, Boterf (1999) destaca que entre a pesquisa e a ação há uma interação permanente, a ação é a fonte do conhecimento e a pesquisa constitui, ela própria, uma ação transformadora. Portanto, é práxis, ou seja, realiza a unidade dialética entre teoria e prática. Na pesquisa participante, o/a pesquisador/a não é neutro/a, ao se colocar a serviço dos/as oprimidos/as, isso requer um trabalho permanente de reflexão crítica do/a pesquisador/a. Todos os sujeitos, pesquisadores/as e povo, participam da discussão permanente dos resultados obtidos.

A pesquisa participante pode ser construída metodologicamente por diversos caminhos, para esse estudo foi optado utilizar o referencial da investigação temática proposto por Freire (2005) e sistematizado por Saul (2015).

Portanto, o objetivo do relato é apresentar uma vivência de pesquisa participante, dentro da investigação temática, a qual buscou-se discutir sobre o cuidado em saúde mental e a construção de autonomia. Ressalta-se que o relato tem ênfase no processo metodológico da pesquisa citada no início deste tópico, procurando demonstrar como a pesquisa-participante, a investigação temática, a educação popular,

o pensamento de Paulo Freire¹⁶, a discussão de reabilitação e autonomia se articulam na construção do cuidado em saúde mental e da luta antimanicomial.

Caminhamos a partir do pressuposto de que a utilização do referencial teórico e metodológico de Freire nas práticas de reabilitação psicossocial pode favorecer o processo de desvelamento das relações de poder, assim como, a conquista de autonomia das pessoas com experiência na loucura ou com o uso de substâncias psicoativas.

A FORMAÇÃO DO SONHAÇÃO: SEMEANDO SONHOS E AÇÃO

O processo que culminou com a formação do Coletivo Sonhação tem desde o seu início o compromisso de refletir sobre a reabilitação psicossocial e a produção de autonomia com as pessoas com experiência na loucura. Essa era uma questão basilar da nossa proposta de pesquisa. Portanto, reconhecemos que a pedagogia Paulo Freire poderia nos ajudar, visto que tínhamos um sonho, um desejo que essa construção fosse coletiva, do conhecimento e da ação; e que também estivessem junto conosco pessoas com experiência na loucura.

A partir dessas inquietações, pensamos, refletimos, analisamos, até o momento que surgiu a proposta de fazermos um convite aberto, para pessoas que fazem parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), da luta antimanicomial, assim como, do movimento da educação popular em saúde, com intuito de nos encontrarmos e discutirmos sobre a proposta da pesquisa e montarmos um grupo. E assim foi feito, em setembro

16 Optamos, nesse trabalho, por utilizar como sinônimos o termo pedagogia Paulo Freire, educação popular, educação libertadora, educação problematizadora, educação progressista. O referencial teórico aqui assumido é a construção teórica e metodológica de Paulo Freire, o qual, para nós, é indissociável da prática do campo da Educação Popular.

de 2019, o anúncio da pesquisa com um cartão-convite e uma breve descrição foi encaminhado para pessoas e grupos do *WhatsApp* que discutem pautas relacionadas à saúde mental no estado de Pernambuco. Solicitamos que as pessoas fizessem a inscrição, caso tivessem o interesse e disponibilidade para participar da pesquisa através do e-mail.

Também contactamos coletivos, movimentos sociais e instituições formadoras que articulam em suas pautas a defesa da saúde mental, da luta antimanicomial e da educação popular. Diante disso, participamos da reunião do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades, da reunião clínica da Residência Multiprofissional de Saúde Mental da Universidade de Pernambuco (UPE), e conversamos com representantes da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) para informar sobre o convite. Ao convidarmos as pessoas, anunciamos algumas questões que trazíamos conosco, mas reforçávamos que gostaríamos de ouvir sobre o assunto e pensarmos juntas/os sobre a pesquisa.

Ressaltamos que a escolha desses sujeitos coletivos se deu pela nossa proximidade com os três movimentos, os quais, ou já fizemos, ou ainda fazemos parte, assim como, solicitamos a esses movimentos uma carta de anuência para realização do estudo, a fim de encaminhar para o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Aggeu Magalhães, para responder aos critérios éticos da pesquisa. As cartas foram gentilmente e esperançosamente entregues para nós, com o desejo de que a pesquisa acontecesse e trouxesse contribuições importantes para o cuidado em saúde mental.

Após lançado o convite, recebemos 11 inscrições, pelo e-mail, de pessoas que tiveram acesso pelo *WhatsApp*, algumas outras confirmações por mensagem e nos contatos pessoais que fizemos nas reuniões dos espaços citados acima. No dia

11 de setembro de 2019, tivemos o primeiro encontro desse estudo, no qual, participaram 20 pessoas, entre profissionais, usuárias/os da RAPS, residentes de saúde mental e de saúde coletiva e militantes da luta antimanicomial.

Nesse primeiro encontro, fizemos uma apresentação individual e após nos conhecermos apresentamos a proposta da pesquisa, falando sobre a investigação temática e sobre a questão que trazíamos conosco: Como as práticas de reabilitação psicossocial da RAPS produzem autonomia? Como a educação popular de Paulo Freire pode nos ajudar? Em seguida, questionamos o grupo para saber se essa temática também era de interesse das pessoas que estavam presentes para realizar a investigação. A maioria do grupo respondeu que gostaria de ser sujeito também dessa pesquisa, e neste primeiro encontro percebemos que já se deu início a leitura da realidade, que será explanada no tópico seguinte.

Com o interesse do grupo, apresentamos e lemos juntos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual, 17 pessoas assinaram e concordaram com os termos da pesquisa. Uma das participantes trouxe para a roda que não poderia continuar participando devido a questões de saúde. Acordamos que nos encontraríamos daquele dia à quinze, no mesmo local e mesmo horário. Durante o período até o próximo encontro, três pessoas entraram em contato conosco para informar que não poderiam continuar na pesquisa, devido a impossibilidade de conciliar horário e outras atribuições da vida, uma também comunicou que não conseguiria, porque morava em outro município a mais de 130 km de Recife/PE e isso inviabilizaria a sua participação.

No segundo encontro, compareceram 10 pessoas e uma comunicou que não poderia estar no dia, mas que continuaria na pesquisa. Nesse dia, conversamos sobre termos um nome,

ainda que provisório, para o nosso grupo. Colocamos isso com o intuito de que o grupo não ficasse apenas em torno dessa pesquisa, ou do nosso nome, mas de criar uma identidade.

Entre ideias, arranjos, poesias, músicas, uma das participantes trouxe o nome *Sonhação*, que vem de uma publicação do Ministério da Saúde, do ano de 2013, que se chama: “De sonhação a vida é feita, com crença e luta o ser se faz – Roteiros para refletir brincando: outras razões possíveis na produção do conhecimento e saúde sob a ótica da educação popular” (BRASIL, 2013), foi assim que nos identificamos: *Sonhação*, um grupo de sonho e de ação. Para a pesquisa citada foram realizados dez encontros do *Sonhação*, entre os meses de setembro de 2019 à janeiro de 2020, tendo como sujeitos da pesquisa 12 pessoas. Todos os encontros foram gravados em áudio.

Portanto, o *Sonhação* é um coletivo, composto por doze pessoas, formado a partir de um processo de pesquisa de mestrado acadêmico, o qual se propôs a estudar os processos de reabilitação psicossocial e a pedagogia de Paulo Freire. Dentre as doze pessoas, contamos com 07 mulheres e 05 homens, dentre as mulheres temos trabalhadoras da rede de saúde mental, militantes da luta antimanicomial e da educação popular em saúde, dentre os homens todos eles são usuários da rede de saúde mental.

Ainda sobre o solo em que essa experiência foi vivenciada, destacamos que os encontros do *Sonhação* aconteceram no Armazém do Campo/Recife. O Armazém do Campo é um espaço fundado e organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tem como proposta provocar diálogo com a sociedade a partir da produção e venda de alimentos agroecológicos (não transgênicos e sem veneno). O espaço funciona com uma loja de produtos orgânicos, uma livraria,

um café bar e a Universidade Popular Gregório Bezerra. A Universidade Popular se destina à formação dos militantes do campo e da cidade, com propostas de oferecer cursos. Conversamos com umas das trabalhadoras do Armazém do Campo sobre a possibilidade de utilizarmos uma das salas para os encontros do Sonhação, ao qual foi gentilmente cedida, entendemos que esse espaço também é materialização de um sonho e que seria um terreno fértil para os nossos sonhos.

Com isso, nas próximas linhas, além da apresentação de uma experiência metodológica no campo da educação popular, também demonstramos como os processos de pesquisa podem conjugar compromisso ético-político e teórico-metodológico com pressupostos que estão vinculados com a construção de uma sociedade mais justa que verdadeiramente acolha e produza cuidado aos homens e mulheres em suas diversidades, em sua experiência com a loucura ou com o uso de substâncias psicoativas.

A INVESTIGAÇÃO TEMÁTICA

A metodologia da investigação temática é tratada em profundidade na obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire. Os diferentes momentos da investigação temática são descritos por Paulo Freire no capítulo 3 da *Pedagogia do Oprimido* que visam a construção do conteúdo programático da educação, a partir das práticas dialógicas. Freire deixa em aberto a possibilidade de que esse caminho possa ser utilizado, modificado e recriado, em diversos campos de saberes, contanto, que preserve os pressupostos, as exigências e objetivos da pedagogia freiriana.

A investigação temática se apoia na epistemologia dialética, a qual é compreendida como um processo histórico, complexo e contraditório, em permanente devir. O princípio

dialético une a realidade concreta ao ato de conhecer, entre objetividade-subjetividade, aspirando à construção de uma nova realidade, através da ação-reflexão na transformação da realidade objetiva em realidade pensada (SAUL, 2015).

A investigação temática é coerente com a proposta da educação problematizadora, através do diálogo como prática da liberdade, em que o papel do/a educador/a não é falar ao povo sobre sua visão de mundo, ou tentar impor, mas através do diálogo conhecer ambas as visões. A investigação assume esse nome por ter no horizonte a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência das pessoas em torno dos mesmos. Os temas partem da relação existencial dos sujeitos com o mundo, são temas existenciais que expressam a realidade e que surgem em torno das situações-limites vivenciadas. Freire (2005, p. 114) define: “Investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar das mulheres e dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis.”

A investigação temática é feita por sujeitos – tanto pesquisadoras(es)/educadoras(es), quanto povo/educandas(os) – é dialógica, é processo de busca, de conhecimento, de criação em prol de compreender a totalidade, a partir do próprio pensar do povo sobre a realidade. A investigação busca captar dimensões significativas sobre a realidade, e ao realizar uma análise crítica possibilitar a apreensão dessas dimensões em interação, compreender a totalidade, buscando a tomada de consciência crítica (FREIRE, 2005).

Nas palavras de Freire encontramos exigências e objetivos para a investigação temática. O mesmo afirma que a metodologia exige que as/os investigadoras/es e o povo sejam, ambos, sujeitos do processo e não objeto. Dessa forma, objetiva a investigação do próprio pensar do povo, pensar que se dá

nas mulheres e homens e entre mulheres e homens, e sempre referido à realidade (FREIRE, 2005).

A investigação temática, que se dá no domínio do humano e não no de coisas, não pode reduzir-se a um ato mecânico. Sendo processo de busca, de conhecimento, por isto tudo, de criação, exige de seus sujeitos que vão descobrindo, no encadeamento dos temas significativos, a interpenetração dos problemas (FREIRE, 2005, p. 116).

Um imperativo é que a metodologia da investigação deve ser conscientizadora, como Freire afirma: “Conscientização, é obvio, que não pára, estoicamente, no reconhecimento puro, de carácter subjetivo, da situação, mas, pelo contrário, que prepara as mulheres e os homens, no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização” (FREIRE, 2005, p. 132).

A investigação temática contrapõe-se à lógica instrumental, essencialmente o que importa é a produção de conhecimento crítico que auxilie os sujeitos a compreender e superar situações-limites, colocando a reflexão teórica a serviço da ação, e que estes sujeitos se comprometam com a luta contra as opressões e a construção da transformação da realidade (SAUL, 2015).

No estudo realizado por Heidemann et al. (2017), as autoras analisaram a potencialidade de se utilizar o itinerário de pesquisa, proposto por Freire, na pesquisa em saúde e/ou como método orientador do processo de trabalho e concluíram que essa metodologia contribui para o estudo e trabalho em saúde, visto que agrega um potencial pedagógico transformador e conscientizador aos participantes, sejam, educadoras/es, educandas/os, pesquisadoras/es, profissionais da saúde ou

usuárias/os. As autoras também revelam que a investigação temática possibilita espaços de encontro entre pessoas e rompe as barreiras hierárquicas implicadas na lógica biomédica, o que democratiza o saber em saúde, viabilizando a participação ativa de mulheres e homens. É o conhecimento construído e ressignificado ao longo da pesquisa, em constante movimento de ação-reflexão-ação, o que possibilita a construção de 'novas' formas para promover saúde (HEIDEMANN et al., 2017).

Vários/as autores/as construíram modos próprios de sistematizar a metodologia, sendo que Saul (2015) aponta que todas têm em comum: tomar a realidade local como ponto de partida, a realização da análise crítica das situações limites, através do trabalho participativo, e a releitura coletiva da realidade, visando o desencadeamento de ações transformadoras. Nos encontros do Sonhação, utilizamos como caminho a sistematização da investigação temática proposta por Saul (2015) em seu estudo, descrita em três momentos fundamentais:

1. Leitura da Realidade: envolve a problematização da prática concreta do grupo com o qual se vai trabalhar, e, a partir do diálogo com esses sujeitos, identificar as ênfases, conflitos, contradições de suas situações-limites. Essa identificação passa pela compreensão do que acontece na realidade concreta, através da pedagogia da pergunta, em que favoreça a comunicação, para pensar perguntas e respostas em torno da realidade. A partir disso, buscar emergir a temática significativa, que expressa a visão de mundo do grupo e as hipóteses explicativas para tais situações (SAUL, 2015).

2. Análise Crítica da Realidade: é o momento em que se busca a razão de ser das hipóteses e das situações-limites, com ajuda de novos aportes teórico-práticos que possibilitam

confrontar o conhecimento anterior. Busca encontrar elementos para refazer a leitura da realidade, e dessa forma, apreender as situações-limites em sua globalidade e despontar a nova realidade que se quer construir (SAUL, 2015).

3. Elaboração de Propostas de Ação: implica na proposição coletiva e dialógica de ações, em diferentes níveis, desde o micro, até o macro, com intenção de superar as contradições sociais evidenciadas nas temáticas significativas da leitura da realidade (SAUL, 2015).

Na proposta de Paulo Freire (2005; 2011; 2018), os momentos da investigação temática se operacionalizam através dos “círculos de investigação temática” e “círculo de cultura”. De acordo com Saul (2015), essas práticas político-pedagógicas são atividades de pesquisa e de formação nas quais os sujeitos se reúnem para construir conhecimento.

Nos círculos de investigação temática o ato de conhecimento implica a existência de dois contextos dialeticamente relacionados, um é o contexto do autêntico diálogo entre pesquisadoras/es e participantes da pesquisa, enquanto sujeitos do conhecimento, este é o contexto teórico. O outro é o contexto concreto em que os fatos acontecem, a realidade social em que o povo está inserido. No contexto teórico, toma-se distância do concreto, para analisar criticamente as situações que acontecem nesse contexto. Para a análise crítica, Freire propõe o exercício de abstração através de representações da realidade concreta, para alcançar a razão de ser dos fatos, essas representações das situações existenciais são denominadas codificações, que serão decodificadas para partir do abstrato ao concreto (FREIRE, 2005; 2011).

Freire (2005; 2011) compreende as codificações, repitamos, como representação das situações existenciais que podem ser materializadas por múltiplos canais de comunicação

(texto, imagem, música, teatro e outros). As codificações são mediações entre o contexto concreto e o teórico para que os sujeitos da pesquisa façam a leitura, são, portanto, objetos do conhecimento. Freire (2005) define algumas condições para elaboração das codificações: 1. Representar situações conhecidas pelos indivíduos para que nelas se reconheçam; 2. O tema central não pode ser nem tão explícito, nem tão enigmático; 3. Na organização dos elementos que a constituem devem construir possibilidades de temas; 4. Ao refletir uma situação existencial deve constituir objetivamente uma totalidade, em que seus elementos estejam em interação, para que não se perca a percepção das relações dialéticas; 5. Representar contradições tanto quanto possível inclusivas de outras. Ou seja, “na medida em que representam situações existenciais, as codificações devem ser simples na sua complexidade e oferecer possibilidades plurais de análises na sua descodificação” (FREIRE, 2005, p. 126).

A descodificação, é mais que descodificar apenas, é mais que ser capaz de traduzir código. É fazer leitura da realidade codificada, apreendendo as causalidades implícitas e explícitas na codificação, “promovendo a percepção da percepção anterior e o conhecimento do conhecimento anterior, a descodificação, desta forma, promove o surgimento de nova percepção e o desenvolvimento de novo conhecimento” (FREIRE, 2005, p. 127).

Na experiência do coletivo Sonhação, nos propomos a seguir no caminho metodológico dos três momentos proposto por Saul (2015), assim como, utilizar nos encontros a dinâmica de problematização-codificação-descodificação proposto por Freire (2005; 2011).

A VIVÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO TEMÁTICA NO COLETIVO SONHAÇÃO

Os encontros do Sonhação tiveram como objetivo: buscar compreender as práticas de reabilitação psicossocial¹⁷, seus principais obstáculos, desafios, limites; entender como essas práticas produzem autonomia; identificar as contribuições da pedagogia de Paulo Freire; fazer uma tentativa de buscar outro nome possível para a reabilitação psicossocial.

As vivências de cada participante foram ponto de partida para o desenvolvimento dos encontros. As suas vivências permeadas de sensações, emoções, obstáculos, possibilidades, frustrações, inquietações e contradições. A partir da troca dessas vivências começamos a delinear novos olhares, a percebermos que compartilhávamos de muitas percepções em comum da realidade e construir possibilidades de superação.

Todos os encontros seguiram no “formato” dos círculos de investigação temática, seguindo a dinâmica de problematização-codificação-descodificação. Para tanto, utilizamos de algumas ferramentas para construção do conhecimento e que foram importantes para seguir na dinâmica proposta por Freire (2005; 2011). A seguir apresentaremos as ferramentas:

- **Mosaico:** é uma ferramenta para o trabalho educativo que ajuda a sistematizar as ideias levantadas durante os encontros através do uso de tarjetas (VIANA; SOBEL; SANTOS, 2018). Fixamos os temas geradores da pesquisa: Reabilitação Psicossocial; Autonomia e Educação Popular. A cada vez que debatíamos eram coladas tarjetas nas quais anotamos o novo saber referente a essas palavras.

17 A reabilitação psicossocial se apresenta como referencial que vem orientando as políticas e práticas no campo da saúde mental, a partir das dimensões teóricas, práticas e éticas da desinstitucionalização e do cuidado *antimanicomial*. Saraceno (1996; 2001) defende que **não se trata de um processo individual de inabilidade para à habilidade**, de um estado de incapacidade para um estado de capacidade, mas configura-se como um processo de potencialização das possibilidades de trocas sociais, de afetos e de tessitura de redes múltiplas de negociação.

- **Tarjetas com falas significativas:** a cada encontro a partir da transcrição dos áudios, nós selecionávamos as principais falas que apresentavam as contradições referentes a realidade que analisávamos e apresentávamos ao grupo, a partir dessas falas também discutíamos as palavras para colocar nas tarjetas e no mosaico.
- **Produções artísticas:** vivenciamos uma situação-problema através do uso da dramatização, assim como utilizamos de desenhos para construção da nossa rede de atenção psicossocial.
- **Dicionário Sonhação:** como realizamos leitura de textos e livros sentimos a necessidade de construir o nosso próprio dicionário para acessarmos a qualquer momento durante os encontros. Anotávamos as palavras e a partir das transcrições, colocamos os significados através das próprias falas que surgiam na discussão sobre as palavras.
- **Trama Conceitual:** proposto pela Cátedra Paulo Freire da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Consiste em uma explicação esquemática das articulações possíveis entre um conceito central como ponto de partida para a reflexão, relacionando outros conceitos a esse central (SAUL; SAUL, 2013).

Nesse sentido, ao utilizarmos dessas ferramentas, seguimos os encontros e os passos da investigação temática. Vale ressaltar, que os passos serviram de norte para a construção dos encontros, entretanto, compreendemos que muitas vezes em vez de seguirmos um caminho reto entre as três estações metodológicas, estávamos em círculos em cada encontro, as estações tinham pontes que íamos e voltávamos a qualquer momento, a qualquer encontro. A fim de organizar os dados e facilitar a compreensão e análise, foi realizada uma divisão dos três momentos da investigação, fomos alocando o que

analisamos que seria de cada um e a partir disso construímos os resultados da investigação temática do coletivo Sonhação¹⁸.

Para facilitar a apreensão dos encontros, do que foi realizado em cada um e das ferramentas utilizadas, construímos uma sistematização apresentada no Quadro 1:

MOMEN- -TO	OBJETIVO	ENCO- TRO	QUANTI- DADE DE PARTICI- PANTES	ATIVIDADE	FERRAMENTAS PARA CONS- TRUÇÃO DO CONHECI- MENTO
---------------	----------	--------------	--	-----------	---

18 Esses resultados serão fruto de um próximo artigo.

Leitura da Realidade	- Problematizar a prática da reabilitação psicossocial e a construção de autonomia, identificando contradições, situações-limites	1º	20	- Recorte da realidade que vamos analisar	- Tarjetas com descrição dos momentos da investigação temática
	-Emergir temática significativa	2º	10	- Construção da rede de atenção psicossocial do Sonhação	-Mosaico -Tarjetas com falas significativas - Desenhos da rede
		3º	10	- Discussão de situação-problema vivida por uma participante	- Dramatização -Mosaico -Tarjetas com falas significativas
		4º	11	- Leitura do Texto Pacientes Impacientes	-Mosaico -Tarjetas com falas significativas - Dicionário Sonhação
		5º	9	- Sistematização Leitura da Realidade - Emergir temática significativa	- Mosaico - Dicionário Sonhação

Análise Crítica da Realidade	- Analisar a razão de ser das situações- -limites com ajuda de novos aportes teóricos- -práticos que possibilitem superar o conhecimento	6º	8	-Leitura Capítulo 1 do livro Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire	- Dicionário Sonhação - Tarjetas com falas significativas - Trama Conceitual
		7º	8	-Leitura Capítulo 2 do livro Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire	
		8º	7	-Leitura Capítulo 3 do livro Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire	
Elaboração de Proposta de Ação	- Proposição coletiva e dialógica de ações com perspectiva de superar as contradições	9º	10	- Oficina de Projeto de Vida - Avali(ação) - Plano de Ação	- Instrumentais do projeto de vida e da avaliação - Cronograma de Ação
		10º	8	- Construção de proposta de ação	

Os cinco primeiros encontros do Sonhação entendemos como característicos da leitura da realidade. Foram utilizadas algumas das ferramentas de construção do conhecimento para atingirmos o objetivo proposto para esse momento, como o mosaico, a dramatização, tarjetas com falas significativas, desenhos da rede.

O momento da leitura da realidade teve como objetivo problematizar a prática da reabilitação psicossocial, problematizar essa realidade. E dessa forma compreender os principais obstáculos que se interpõem à construção de autonomia na reabilitação psicossocial com vista a sua superação.

Os encontros eram sempre iniciados com um momento de acolhida, com objetivo de saber como foi a semana de cada um/a, como estavam se sentindo, compartilhar o que fosse significativo. Assim como, era um momento de leitura de uma poesia, de um texto, de cantar música, de aquecer o corpo para a chegada naquele espaço. Os encontros sempre aconteciam em roda, cadeiras dispostas em círculo, seguindo a tradição do trabalho educativo em círculo, desenvolvido nas práticas educativas de Paulo Freire.

Como ritual para começo e fim do círculo era a preparação da nossa mandala no centro da roda, onde deixávamos sempre a mostra a nossa pergunta problema, os livros como nossa fonte de inspiração, óleos essenciais para acolher e/ou concentrar a disposição, hidrocores, papéis e tarjetas (tanto para construção do nosso mosaico, como para quando precisássemos escrever algo).

Toda essa forma de chegada, de início, de um ritual não combinado ou programado, ensinava a liberdade de expressão e de aquecimento para o diálogo, mas, principalmente, a criação de vínculos afetivos e de confiança, para nos reconhecermos enquanto pares, transformadoras(es) da realidade. Acreditamos que toda essa “rotina” foi importante para a constituição do Sonhação enquanto coletivo.

Após o desvelamento da realidade, precisávamos pensar como iríamos seguir, compreendemos que nosso *tema gerador* era a construção de autonomia, ao qual iríamos nos debruçar para analisar criticamente essa realidade e pensar uma proposta

de ação. A análise crítica da realidade tem como objetivo encontrar as razões de ser das situações-limites e com ajuda de novos aportes teóricos-práticos possibilitar confrontar e superar o conhecimento anterior, em busca de pensar uma nova realidade que queremos construir (SAUL, 2015). Para tanto, decidimos coletivamente realizar a leitura do livro *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire.

Uma importante ferramenta de construção do conhecimento tratou-se do Dicionário do Sonhação, todas as palavras em que o grupo apresentava dificuldade em reconhecer o sentido, fazíamos o exercício de construir juntos o significado daquela palavra. Compreendemos que essa ferramenta provocou em cada um o reconhecimento do que tanto Freire defende de que somos sujeitos do conhecimento. “Sou gente. Sei que ignoro e sei que sei. Por isso, tanto posso saber o que ainda não sei como posso saber melhor o que já sei. E saberei tão melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construa minha autonomia em respeito à dos outros” (FREIRE, 2019, p. 92).

A partir do movimento de codificar/descodificar e do aprofundamento nos saberes que Freire (2019) coloca como necessários à prática educativa no livro *Pedagogia da Autonomia*, identificamos quais os saberes fundamentais para a prática da (re)abilitação psicossocial. Compreendemos que para a prática do cuidado em saúde mental acontecer, precisamos da compreensão de autonomia a partir de Paulo Freire, do diálogo, da construção de sujeitos de relação, da exigência da reflexão crítica sobre a prática e da ética. E a partir dessa leitura, compreendemos que o processo de cuidado deve-se ter como horizonte a construção da Autonomia Psicossocial e construímos uma matriz conceitual a partir desse novo conceito.

Portanto, partindo da Autonomia Psicossocial, seguimos para a elaboração da proposta de ação. A elaboração da proposta

de ação trata-se do momento em que se constrói uma proposição coletiva e dialógica de ações, podendo ser ações em diferentes níveis desde o local até o macro, com perspectiva de superar as contradições sociais elencadas na leitura da realidade (SAUL, 2015).

Nesse sentido, as situações-limites levantadas pelo Sonhação diziam respeito tanto ao processo macro do cuidado em saúde mental, quanto no micro dos próprios participantes do Sonhação que vivenciam as contradições dos processos de cuidado e que isso interfere na construção da autonomia. Com intuito de pensar uma ação para “resolução” dessas contradições elencadas na leitura da realidade, surgiu a ideia de realizarmos uma Escola de Formação para Trabalhadores. A organização do conteúdo da escola seria construída com as reflexões suscitadas da leitura do livro *Pedagogia Autonomia*, dessa forma, envolveria os saberes elencados na matriz conceitual da Autonomia Psicossocial.

Ao chegarmos na Autonomia Psicossocial compreendemos que esta trata-se de uma teoria-ação, é práxis, e, portanto, a elaboração dessa teoria-ação faz parte do processo de elaboração de proposta de ação. O que precisávamos era compartilhar esse saber produzido no Sonhação, um dos caminhos seria da Escola de Formação.

Compreendemos que a possibilidade de ler Paulo Freire, compreender os seus saberes e trazer para o processo de cuidado na saúde mental possibilitou o se reconhecer enquanto sujeito do conhecimento e da possibilidade de construir conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experienciar a investigação temática, seguindo os seus passos através das ferramentas nos encontros foi gerador de

conhecimento e de novas possibilidades de ações, sobretudo a concretude da troca desse conhecimento através do diálogo que nos levou para o caminho do reconhecimento e da construção deste coletivo Sonhação, bem como efetivou a realização da pesquisa proposta.

Desta maneira, entendemos que o processo do cuidado no campo da saúde mental deve e pode acontecer através de uma mão dupla com os/as usuários/as e os/as trabalhadores/as no exercício da Autonomia Psicossocial. Foi na leitura da realidade que conseguimos identificar a potência do diálogo e da troca de conhecimento, como por exemplo, na elaboração no dicionário do Sonhação, construímos novos significados e significantes para antigas palavras, e assim encontramos novos rumos para nossa análise crítica da realidade e elaboração de propostas de ação. Ainda, saboreamos coletivamente o poder de legitimar um novo termo que conduz nossas ações no campo da saúde mental e que representa nossos pensamentos e experiências, passando do termo Reabilitação Psicossocial para Autonomia Psicossocial à luz da teoria de Paulo Freire.

Compreendemos que a educação popular no campo da saúde mental é uma potência para realização de práticas pautadas no processo de cuidado antimanicomial, transformando a experiência com a loucura viável numa sociedade que apresenta tantos desafios diante aos processos democráticos e dialógicos, por isso, a necessidade de nos esperançar semeando sonhos e ações, das quais foram possíveis no coletivo Sonhação.

REFERÊNCIAS

BENETTON, M.J.. Terapia ocupacional e reabilitação psicossocial: uma relação possível? In: PITTA, A.M.F. (org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 137-148.

BOTERF, G.L. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C.R. **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 51-82.

BRANDÃO, C.R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: BRANDÃO, C.R. **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, C.R.; BORGES, M.C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v.6, p.51-62, jan/dez, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **De sonhação a vida é feita, com crença e luta o ser se faz: roteiros para refletir brincando: outras razões possíveis na produção de conhecimento e saúde sob a ótica da Educação Popular**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, C.R. **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

HEIDEMANN, I. T. S. B. et al. Reflexões sobre o itinerário de pesquisa de Paulo Freire: contribuições para a saúde. **Texto Contexto Enferm**, Santa Catarina, v. 26, n. 4, p. 1-8, agosto, 2017.

PITTA, A. Apresentação. In: SARACENO, B. **Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. 2. ed. Rio de Janeiro: Te Corá/ Instituto Franco Basaglia, 2001. p. 7 – 11.

SARACENO, B. **Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. 2º ed. Rio de Janeiro: Te Corá Editora: Instituto Franco Basaglia, 2001.

SARACENO, B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A. M. F. (Org.).

Reabilitação psicossocial no Brasil. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-18.

SAUL, A. M.; SAUL, A. Mudar é difícil, mas é possível e urgente: um novo sentido para o projeto político-pedagógico da escola. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 33, p. 102-120, 2013.

SAUL, A. **Para mudar a prática da formação continuada de educadores: uma pesquisa inspirada no referencial teórico-metodológico de Paulo Freire.** 2015. 207f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, São Paulo, 2015.

SOBEL, J. F. **Do sonho à ação, da reabilitação à autonomia psicossocial: uma análise teórico metodológica à luz de Paulo Freire.** 2020. 2016f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Instituto de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2020.

VENTURI, E. O tempo da desinstitucionalização. In: VENTURI, E. **A linha curva: o espaço e o tempo da desinstitucionalização.** 1ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016, p. 155-183.

VIANA, B.; SOBEL, J.; SANTOS, S. **Saúde mental e Economia Solidária.** 1. ed. Olinda: MXM Gráfica e Editora, 2018.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alessandra de Oliveira Silva

Mestra em Serviço Social pela UFPB (2019), atualmente é Assistente Social no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Dona Vicência no município de Caicó-RN.

Bárbara Gaião

Terapeuta Ocupacional na Secretaria de Saúde de Jaboatão/Pernambuco.

Isabele de Aguiar Corrêa

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua como Assistente de Projetos no Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS Brasil, desenvolvendo atividades de assessorias a grupos, associações e movimentos sociais; Pesquisa de campo, mobilização social; grupos focais e facilitação de oficinas. Contato: isabele.aguiar@cedaps.org.br

Jailson Santos

Integrante do Movimento Nacional da População de Rua/Pernambuco.

Jetro Leite

Integrante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades/Pernambuco

José Nilton Monteiro

Integrante do Movimento Nacional da População de Rua/Pernambuco.

Juliana Reiche

Assistente Social, especialista em Responsabilidade Social e Gestão Estratégica de Projetos Sociais. Assessora de Projetos do CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde. Desenvolve atividades de Assessoria a Grupos, Associações e Movimentos Sociais; facilitação de curso de elaboração e gestão de projetos sociais para aplicação da metodologia institucional do projeto; Pesquisa de campo, mobilização social; grupos focais e facilitação de oficinas. Contato: juliana.reiche@cedaps.org.br

Juliana Figueiredo Sobel

Mestre em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães - FIOCRUZ/Pernambuco.

Katia Edmundo

Psicóloga; Mestre em Educação PUC-Rio; Doutora em Psicossociologia - EICOS/UFRJ

Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (mestrado e doutorado profissional) – UNESA. Diretora Executiva do CEDAPS (Centro de Promoção da Saúde). Contato: katia@cedaps.org.br

Márcio Muniz

Integrante do Movimento Nacional da População de Rua/ Pernambuco.

Maria Aparecida Porte Ferreira

Mestra em Ciências das Religiões - UFPB, especialista em Educação, Psicopedagogia, Pedagoga e Terapeuta Holística.

Maria de Fátima Melo do Nascimento

Doutora em Serviço Social pela PUC/SP.

Maria José Silva

Assistente Social na Prefeitura do Recife e Mestranda no programa de pós-graduação em Serviço Social/UFPE.

Maria Michele Alves Moura

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Paulista - UNIP. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI. Tem aperfeiçoamento em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ Ceará. Assistente Social do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado - NAPE (instituição vinculada à Secretaria Municipal de Educação - SME da cidade de Potiretama - CE). Militante do Movimento dos/as Atingidos/as por Barragens – MAB e Educadora Popular.

Maurício Sardá de Faria

Doutor em Sociologia Política pela UFSC (2005), atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Integra o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento - LABOR/DECISO/UFRPE.

Nivaldo Vasconcelos

Integrante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades/Pernambuco

Paulette Cavalcanti Albuquerque

Médica sanitarista, Doutora em Saúde Pública, Instituto Aggeu Magalhães e Universidade de Pernambuco.

Shirley Alves dos Santos

Mestre em Sociologia (PPGS/UFPE) / Assistente Social no Serviço de Avaliação e Acompanhamento às Medidas Terapêuticas aplicáveis as Pessoas com Transtorno Mental em Conflito com a Lei na Secretaria Estadual de Saúde de PE.

Wanda Guimarães:

Assistente Social; Mestre em Serviço Social- PUC-Rio. Integrante da Coordenação Geral do CEDAPS- Centro de Promoção da Saúde. Contato: wanda@cedaps.org.br

SOBRE OS ORGANIZADORES

Danilo Fernandes Costa

Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de Saúde Coletiva. Médico pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciências pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Pós-doutorado no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sob a supervisão do Prof. Moisés Goldbaum. Membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da UFPB.

Felipe Marques da Silva

Discente de Fisioterapia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista do projeto Práticas de Educação Popular integradas a Pesquisa e a Construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Nutricionista. Professor Adjunto do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da UFPB. Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), ambos da UFPB.

SOBRE OS(AS) PARECERISTAS E COMITÊ CIENTÍFICO REVISOR

Aline Zorzi Schultheis de Freitas

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba da Linha de Educação Popular. Mestra em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia. Especialista Gestão e Supervisão Escolar, especialista em Educação Infantil (UFAM) e Gestão Pública Pública (IFRO). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (2010). Atualmente é Pedagoga e Diretora de Extensão e Produção na Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Bruna Grasielle da Silva Nascimento,

Doula, Educadora Perinatal, Enfermeira Sanitarista, Mestra em Educação Popular, Assessora técnica multiprofissional e apoiadora institucional no Instituto Cândida Vargas. Presidenta da Associação de Doulas da Paraíba, e segunda secretária da Federação de Doulas do Brasil - Fenadoulas - BR.

Danilo Fernandes Costa

Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de Saúde Coletiva. Médico pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciências pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Pós-doutorado no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sob a supervisão do Prof. Moisés Goldbaum. Membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da UFPB.

